

Diário do Legislativo de 17/03/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adata - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Christiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 3ª Reunião Especial

1.3 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 15/3/99

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gil Pereira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Fábio Avelar - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/3/99

Presidência dos Deputados José Braga e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Sebastião Costa - Palavras do Sr. João Heraldo Lima - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alencar da Silveira

Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Ermanno Batista - George Hilton - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. João Heraldo Lima, ex-Secretário de Estado da Fazenda.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber o Exmo. Sr. João Heraldo Lima, Secretário de Estado da Fazenda no Governo Eduardo Azeredo, atendendo a requerimento aprovado em Plenário. A Presidência agradece a presteza com que o ex-Secretário aceitou o convite para comparecer a esta Casa, a fim de debater com os Deputados a atuação do Governo Eduardo Azeredo no processo de renegociação da dívida do Estado, bem como a sua situação financeira.

Palavras do Deputado Sebastião Costa

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Sebastião Costa, autor da emenda que suscitou a presença do Sr. João Heraldo Lima nesta Casa. Com a palavra, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, ex-Secretário João Heraldo Lima, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhoras e senhores, ao emendar o requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros, em que convidava para estar neste Plenário secretários e autoridades do primeiro escalão do Governo atual, resolvi fazê-lo para permitir que aqui, na Assembléia Legislativa, o Governo atual e o anterior pudessem apresentar as informações sobre questões suscitadas naquele requerimento. Felizmente, ele foi aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, o mesmo ocorrendo com as Emendas nºs 2 e 3, esta, de minha autoria. O objetivo não era outro, senão permitir que todos os segmentos partidários aqui representados tivessem oportunidades iguais de confrontar os dados, de obter as informações. E, preferencialmente, quem sabe, até, que essas informações tivessem uma proximidade. Isso já ocorreu em relação à Procuradoria-Geral. Hoje, de manhã, a Assembléia, numa sessão até longa, ouviu o atual Secretário da Fazenda. Agora, à noite, está conosco o ex-Secretário João Heraldo Lima. Gostaria até que o horário fosse o mesmo.

Se um convidado viesse na parte da manhã, que fosse permitido ao outro vir no dia seguinte, no mesmo horário. Mas nem sempre a agenda da Casa permite tal acerto. Mesmo assim, posso adiantar que o que desejavam está sendo conseguido, ou seja, todos os parlamentares, de qualquer partido político, têm a oportunidade de ouvir as informações e de formar juízo sobre a questão tão propalada e divulgada nos meios de comunicação. Esta é a Casa do povo, porque aqui encontramos representantes de todos os partidos. Com esse espírito, com essa inspiração, apresentei a emenda. Estou certo de que ambos os Secretários, o atual e o anterior, trarão à Casa do povo mineiro, onde todos os segmentos partidários devem ter tratamento igualitário, informações preciosas. Portanto, a oportunidade é muito boa.

Todos conhecem o Dr. João Heraldo Lima, sua capacidade e sua trajetória. Tenho certeza de que trará informações importantíssimas para podermos avaliar o assunto, tão debatido através dos meios de comunicação. A Assembléia Legislativa não poderia deixar de proporcionar essa oportunidade, de ouvir uma e outra parte. Temos consciência de que aqui se está fazendo justiça, de que as informações não estão sendo distorcidas.

Parabenizo a Assembléia Legislativa, que permitiu essa oportunidade impar de que o Governo atual e o Governo anterior se façam ouvir neste parlamento, que, como disse e repito, deve ser o desaguardo de todos os sentimentos partidários. Sobretudo, que haja em cada um de nós, o sentimento maior de respeito uns aos outros, sobretudo a consciência cívica de que Minas Gerais é maior do que os partidos dominantes e do que os perdedores. Minas Gerais é maior do que as nossas divergências. Por isso, apresentei a emenda, que obteve a aprovação unânime do Plenário desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Palavras do Sr. João Heraldo Lima

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra ao Dr. João Heraldo Lima. Antes, porém, gostaria de apresentar, em nome deste Poder, as boas-vindas ao ilustre convidado e, mais uma vez, agradecer a gentileza com que S. Exa. atendeu nossa solicitação. Com a palavra, o Dr. João Heraldo Lima, que disporá de até 30 minutos para sua exposição.

O Sr. João Heraldo Lima - Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite, Srs. Deputados. Agradeço o convite. É uma boa oportunidade para debatermos e refletirmos sobre os problemas de Minas Gerais. Quero registrar que esta é a primeira vez que falo em público desde 31 de dezembro do ano passado. É com imensa satisfação que este primeiro contato com o público se dê a partir da tribuna desta Casa.

Começo minha exposição fazendo três afirmações importantes, no meu modo de ver. Acredito que, dessa forma, estarei trazendo a esta Casa uma contribuição para o entendimento dos problemas vividos por Minas Gerais. Interpreto essa minha vinda à Assembléia Legislativa como uma maneira de ajudar os senhores naquilo que eu puder, para esclarecer os gravíssimos e difíceis problemas que Minas Gerais tem e terá pela frente num futuro imediato. É assim que interpreto o meu comparecimento a esta reunião hoje: tentar dar uma contribuição para o entendimento de problemas. No entanto, não trarei nenhum fato novo. Procurarei organizar as idéias e fatos que presenciei nos últimos quatro anos e que sistemática e coerentemente venho repetindo durante esse tempo.

Como disse, para ser mais sintético, mais preciso, iniciarei minha exposição abordando três pontos, sem, evidentemente, prejuízo de outros pontos que poderão ser discutidos durante o debate. A primeira afirmativa que gostaria de fazer é que a dívida não é o principal problema econômico-financeiro de Minas. O profundo desequilíbrio das contas públicas em Minas Gerais decorre, na minha avaliação, pela experiência que vivi na Secretaria da Fazenda durante os últimos quatro anos, do excessivo comprometimento de receita com gasto de pessoal. Essa é a matriz principal dos problemas que o Estado enfrenta hoje.

A segunda afirmativa que quero fazer - e espero poder demonstrá-la durante a minha exposição - é que a renegociação da dívida foi altamente positiva para o Estado de Minas Gerais. Não apenas positiva num curto prazo, mas enormemente benéfica em médio e longo prazos. E foi a alternativa existente, foi o que nós conseguimos construir. E quando digo nós, refiro-me ao País. Foi o que conseguimos fazer depois de muita negociação, durante muitos anos, com o Governo Federal. Procurarei demonstrar que essa renegociação foi altamente positiva e benéfica. Poderia ter havido outra negociação melhor? É difícil responder a essa questão. Sempre se pode pensar em algo melhor. Quando se fala em 30 anos, alguém pode dizer que o prazo é curto, que deveriam ser 100 anos. Sim, 100 é melhor que 30, mas procurarei enfatizar por que ela foi benéfica.

A terceira afirmativa que quero fazer é que a reestruturação do sistema financeiro estadual, tal como existia até o ano passado, foi uma medida inadiável, indispensável e também altamente benéfica para os interesses de Minas Gerais, devido principalmente à falta de alternativas que pudessem ser adotadas pelo Estado. Em torno dessas três afirmativas é que

espero centrar a minha exposição e, depois dela, me colocar à disposição das Sras. e Srs. Deputados para o debate.

No dia 13/3/96, compareci nesta Casa, terminado o primeiro ano de mandato do Governo Eduardo Azeredo.

Tenho aqui a transcrição de toda a minha exposição. Afirmei que, no ano de 1995, que foi o primeiro ano do Governo, Minas Gerais estava consumindo mais de 90% de sua receita disponível com o pagamento de pessoal. A transcrição de minhas palavras está literalmente registrada. Alertava, naquela ocasião, que dificilmente conseguiríamos organizar as finanças do Estado diante daquele quadro. Sei que esse dado tem merecido algumas contestações e até mesmo manifestações de eventual incredulidade de alguns diante da veracidade desses fatos. Mas, afirmo aqui, com absoluta certeza, que o Estado de Minas consome quase 95% da receita líquida disponível, da receita que permanece disponível no Tesouro para ser utilizada pelo Governo para os distintos fins, com pessoal. Para confirmar isso, basta que esta Casa, através das comissões ou de qualquer outro mecanismo, requiera oficialmente à Superintendência Central do Tesouro da Secretaria da Fazenda dados oficiais, após o crivo da Consultoria Geral do Estado.

Isso vem ocorrendo desde 1995, mas a curva ascendente de gastos de pessoal e esse excessivo comprometimento de receita datam de antes. Essa curva e esse comprometimento da receita tornaram-se rigorosamente inexoráveis a partir da introdução do Plano Real. Tive a oportunidade de discutir esses dados calma, tranqüila e longamente com o Secretário Dupeyrat no mês de novembro de 1998. Passei-lhe as informações que estão contidas num pequeno documento produzido pela Secretaria da Fazenda naquela época - inclusive mandei cópia para esta Casa, para as lideranças de todos os partidos, no dia 13 de novembro -, e esses dados estão registrados nesse documento. O Secretário Dupeyrat, naquela ocasião, pediu-me que apresentasse as planilhas analíticas, uma vez que haviam sido apresentadas a ele informações em termos anuais relativas ao quadriênio 95/98. Assim, determinei à Superintendência do Tesouro que abrisse essas planilhas analíticas com os dados mensais, em todo o período de 95 a 98, com o gasto do pessoal do Estado, órgão por órgão, da administração direta e indireta, bem como daquelas empresas que dependem do Tesouro. Isso também é considerado gasto com pessoal, ou seja, quando uma empresa não consegue pagar os gastos com pessoal e necessita de repasses do Tesouro, esse repasse é considerado gasto com o pessoal do Estado, porque assim efetivamente o é. Essa inflexibilidade e esse altíssimo comprometimento de gastos da receita com pessoal provocaram um desequilíbrio gravíssimo nas finanças.

Disse isso durante os quatro anos e esse desequilíbrio se introduziu da forma clássica, diria, da mesma forma que uma empresa em desequilíbrio financeiro vê o seu capital de giro sendo corroído, tomado pelas suas atividades. Isso aconteceu com o Estado.

Começamos, gradativamente, a pagar a folha do mês corrente com a receita do mês seguinte. Essa realidade começou a ocorrer no final de 1995. Para pagar a folha do mês corrente já precisávamos, no final de 1995, usar um pouco da receita do mês seguinte. E esse movimento foi progredindo.

Houve uma firme progressão desse movimento, os Srs. Deputados que estavam aqui sabem muito bem disso. Fomos ampliando a escala de pagamento, passando para o dia 8, 10, 12, 15. E chegamos em determinado momento a terminar de pagar o mês vencido entre os dias 20 e 25 do mês seguinte, revelando que esse era o retrato claro do desequilíbrio, do déficit.

O registro do déficit feito nesse documento que mencionei, que disponibilizei em novembro, mostra isso claramente. Tivemos um déficit apresentado, registrado, contabilizado - nada disso foi omitido, nada disso foi guardado em segredo - de R\$1.400.000.000,00 em 1995, depois cai para R\$391.000.000,00 em 1996. Conseguimos minorar o déficit de 1995 para 1996, mas, ainda assim, 1996 apresentou déficit.

Em meados de 97 houve o difícil, triste episódio da Polícia Militar, levando o Governo a conceder não apenas o aumento dos militares, mas também a dar um abono de R\$45,00 para todos os funcionários, ativos e inativos. Isso implicou um acréscimo próximo de R\$30.000.000,00 por mês na folha. Como esse episódio ocorreu em meados do ano de 1997, o impacto não foi durante todo o ano, mas fez com que a curva do déficit, que vinha declinando, subisse novamente. Fechamos o ano de 1997 com um déficit de R\$752.000.000,00.

Esse déficit acima, "anualizado" - porque essa situação da PM, do abono, ocorreu apenas no 2º semestre -, ajudou a configurar o resultado de 1998, quando tivemos um déficit de R\$1.300.000.000,00. Voltamos a ter um déficit de magnitude semelhante ao de 1995.

Em 1994, o Estado registrou déficit também. Bem menor, em torno de R\$300.000.000,00.

Lembro que 1994 foi um ano atípico. Tivemos metade do ano com inflação e metade sem inflação. A inflação beneficiava o setor público, beneficiava os Estados, as prefeituras, a União, na medida em que depreciava o valor real médio da despesa, sobretudo da despesa de pessoal, de modo que, do meu ponto de vista, a matriz básica para se entender o desequilíbrio econômico-financeiro do Estado de Minas Gerais está na relação entre receita e folha.

Por mais que se tente contestar isso, não vamos achar outra explicação tão forte. É óbvio que outras ocorrências podem reforçar ou atenuar o agravamento da crise, a piora da situação econômico-financeira, mas não há como fugir dessa conclusão. Vamos admitir, apenas como raciocínio, que o Estado, em vez de gastar, como estou dizendo, 95% de sua receita líquida disponível com pessoal, gastasse 90% ou 85%. A gravidade da situação seria um pouquinho menor. Isso apenas adiaría o surgimento de problemas. Em vez de os problemas surgirem agora, poderiam surgir daqui a alguns meses. Isso não permitiria que nenhuma administração do Estado tivesse a oportunidade de reorientar o déficit, de partir para uma política de redução gradual do déficit, etc.

Esse parâmetro estrutural, a relação entre receita e folha, na minha interpretação, na forma como eu avalio as finanças do Estado, está na raiz dos problemas. O entendimento da sua evolução e das perspectivas futuras é que nos poderá dizer o que podemos esperar das finanças de Minas Gerais num futuro próximo ou, mesmo, em médio e longo prazo.

Vou passar ao segundo ponto sobre a questão da dívida. Pedirei permissão aos senhores para ler o que eu disse em 13/3/96 e que se refere a um período até o ano de 1995: "Podemos ver que o crescimento da dívida foi muito grande. Em 1990, a dívida total do Estado era de R\$3.600.000.000,00 em números redondos. Fechamos o ano de 1995 com uma dívida total acima de R\$10.000.000.000,00." Isso, em 31/12/95, isto é, no primeiro ano do mandato de Eduardo Azeredo. Chamo a atenção de todos para o fato de que nenhum Estado brasileiro foge a esse padrão, ou seja, esse é um fenômeno nacional. Já tive a oportunidade de debater, inclusive aqui, na Assembléia, sobre a composição da dívida. O principal componente, o mais grave e mais complexo, é a dívida mobiliária. Fizemos um esforço enorme durante o ano de 1995 para encontrar os termos adequados de renegociação dessa dívida com o Governo Federal. Ainda não conseguimos, pois a questão é extremamente complexa. Quando um Estado concorda com uma coisa, o outro não concorda. Quando os Estados concordam, o Governo Federal não concorda. É uma negociação que vem se arrastando por muitos anos, e perdemos mais um ano, o de 1995, sem chegar a um acordo. Não perdemos, porém, as esperanças, e por aí vou.

Foram 20 anos, mais precisamente 22 anos de tentativa dos Estados de renegociar a dívida mobiliária. Estados e Prefeituras. As Prefeituras que detêm dívida mobiliária no País agora estão começando uma renegociação em moldes semelhantes aos da que os Estados obtiveram. Mas no primeiro registro contido no Banco Central que tive oportunidade de ver, em ata de reunião, há 22 anos, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul pediam ao Governo Federal a abertura de negociação da dívida mobiliária. Então, para situarmos historicamente essa questão, vou fazer uma pequena digressão, um pequeno registro histórico. O capítulo da dívida estadual, da relação entre Estados e União... No período mais recente, há três capítulos importantes. Em 1989, com a Lei nº 7.976, no Governo Sarney, quando era Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, houve uma primeira grande renegociação de dívida contratual de Estados e de Prefeituras. Na ocasião, era Secretário da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte. As Prefeituras participaram, como desta vez, marginalmente do processo de renegociação, que foi basicamente comandado pelo Estado de São Paulo. Quer dizer, o Estado de São Paulo liderou a negociação com a União. Todas as operações ARO existentes até aquele momento foram transformadas em dívida fundada junto ao Banco do Brasil, com carência de 5 anos e 10 anos para pagar, com juros também subsidiados. Dívidas junto à Caixa Econômica Federal decorrentes de saneamentos também foram englobadas, e fechou-se uma negociação bastante razoável para Estados e municípios. Isso ocorreu em 1989.

O segundo capítulo importante da história recente da renegociação, do processo de renegociação - quero chamar a atenção para o fato de que estamos diante de um processo de renegociação, e não de uma renegociação isolada, há que se ter esse entendimento, é um processo de renegociação em que os ganhos vão sendo obtidos vagarosamente, através de muita negociação política - é a Lei nº 8.727, de 1993. Nesse momento, tive uma participação - digamos - como um agente privilegiado desse processo, porque era Diretor de Política Monetária do Banco Central. O Presidente era o atual Governador de Minas, Dr. Itamar Franco. Acompanhei e participei do fechamento do acordo naquela ocasião.

Lembro-me vivamente da posição de força do Governo Federal, posição que eu defendia como funcionário que era, naquele momento, do Banco Central, de não admitir, em hipótese alguma, a discussão da dívida mobiliária dos Estados e dos municípios. A posição da União foi inflexível. Naquela ocasião, só admitíamos discutir a dívida contratual novamente,

repetindo o que havia ocorrido em 1989. Então, um conjunto de contratos, que não haviam sido objeto da renegociação de 1989, da Lei nº 7.976, foram contemplados na Lei nº 8.727. Houve os termos estabelecidos. Mais uma vez operações ARO foram fundadas, operações com a Caixa Econômica foram refinanciadas, padrões bastantes semelhantes, juros subsidiados, etc., alguma carência, prazo mais longo para pagar. E fechou-se essa negociação de 1993.

Lembro-me dos Secretários Roberto Brant, da Fazenda, e Paulo Paiva, do Planejamento, indignados e juntos com os Secretários de São Paulo, exigindo, pedindo ao Governo Federal que a dívida mobiliária fosse também objeto de negociação. Mais uma vez essa tentativa dos Estados se frustrou, e a dívida mobiliária ficou à margem da negociação.

Hoje entendo perfeitamente porque vivi isso, depois vou narrar para os senhores, vivi, dois anos após, o dia-a-dia da administração da dívida mobiliária. Sei, com convicção, que, com o quadro inflacionário existente no País, com a desorganização que a inflação produzia, era impossível tecnicamente a renegociação da dívida mobiliária. No fundo, firmei a convicção de que tínhamos que esperar. Quero dizer que, no fundo, a União tinha razão. Tínhamos que aguardar o controle do processo inflacionário para abordar e formatar uma solução para a dívida mobiliária dos Estados e das Prefeituras. Com a inflação, era muito difícil.

Depois, a história veio dar razão, de fato, a essa conclusão, parece-me que corroborou essa conclusão, porque quem tentou resolver o problema da dívida mobiliária e da dívida em títulos do setor público brasileiro sem ter ainda um processo inflacionário sob controle deu com os burros n'água, que foi o Collor. Quer dizer, a tentativa voluntarista de resolver a dívida mobiliária sem atender aos pré-requisitos macroeconômicos e técnicos indispensáveis foi do Collor, num episódio que todos lembramos tristemente, que não deu em nada. Por quê? É preciso que fique claro que quem financia a dívida mobiliária somos nós, o cidadão comum, a sociedade brasileira, todo mundo que tem conta remunerada em Banco, que tem aplicação num fundo qualquer, o FAF ou FIF, qualquer fundo de remuneração aplicada. Quem lastreia esses fundos são os títulos do Governo, municipais, estaduais ou federais. Na maioria das vezes são os três juntos, porque as carteiras dos títulos dos fundos são compostas por um "mix", ou seja, por uma combinação desses títulos.

Então, resolver o problema da dívida imobiliária sem cair na tentação da solução enganosa tentada por Collor significava a necessidade de uma engenharia financeira muito complexa e muito sofisticada. Isso era muito difícil.

Estou fazendo essa pequena digressão histórica para tentar mostrar aos senhores, com clareza, que a questão da dívida é um processo de renegociação. Entendo que, nesse quadriênio de 1995 a 1998, vivemos um capítulo da renegociação, que foi a dívida imobiliária.

Falarei um pouco sobre a dívida imobiliária. Ela vencia a cada 24 horas. Os "custodiantes" das dívidas imobiliárias estaduais eram os Bancos estaduais, no caso de Minas Gerais, o Banco de Crédito Real. Durante o ano de 1993, quando ocupava a Presidência deste Banco, pois havia saído do Banco Central, começávamos o martírio de fechar o caixa do Estado às 8h30min e terminávamos às 22 ou 23 horas, todos os dias do ano. O Estado amanhecia com uma posição devedora de US\$5.000.000.000,00 a US\$8.000.000.000,00, diariamente. Parecia uma gincana de sofrimento, "bater mercado", como se diz na gíria das mesas, para captar o financiamento dessa posição. Isso acontecia todos os dias. Como os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro tinham problemas semelhantes aos de Minas Gerais, ou seja, eram os grandes devedores, quantas e quantas vezes paramos o processo de compensação bancária do País, até 11 horas ou meia-noite, para poder fechar essa posição, rodando a compensação, para fazermos a famosa "zeragem" automática do "open market" brasileiro, que funcionou assim durante muitos anos. Quem ganhou com isso, durante muitos anos? Foram os grandes Bancos. O ano em que mais ganharam foi o de 1993. Esse ano foi difícil, do ponto de vista do controle do processo inflacionário, ocasião em que a credibilidade dos títulos estaduais decaíam. Todos comentavam que o BANESPA, o Crédito Real e o BANERJ iriam quebrar. A dificuldade de colocação desses papéis foi crescendo dramaticamente. As 20 horas, quando faltavam US\$1.000.000.000,00, US\$500.000.000,00 ou US\$300.000.000,00, sempre aparecia um grande Banco para fechar essa posição, mas com a condição de que teríamos de dar-lhe 2, 3 ou 4 pontos percentuais acima do que o mercado cobrava. Era o chamado "spread" sobre o já existente, ou seja, um sobrelucro. Com isso, Minas Gerais, nos últimos anos desse processo, em 1992 e 1993, drenou, seguramente, mais de US\$400.000.000,00 para a banca privada.

E assistimos a isso impotentes. Não adiantava argumentar mais com o Governo Federal a respeito da necessidade de resolvermos a situação rapidamente. Minas Gerais foi o primeiro Estado que começou a resolver esse problema. Em outubro de 1994, finalmente conseguimos fazer prevalecer a nossa posição, e o Governo Federal a entendeu, sendo que uma decisão do Fundo Monetário Internacional começou a permitir a troca de papéis estaduais, as Letras do Tesouro de Minas - as LFTs -, por papéis federais, as LBCs do Banco Central. Isso aconteceu porque os papéis federais tinham um custo menor, uma vez que os Bancos não cobravam o sobrelucro sobre os títulos federais. Portanto, começamos a trocar essa carteira no final de 1994. Ao longo de 1995, esse processo teve idas e vindas durante a renegociação da dívida mobiliária com o Governo Federal, e a troca total dos papéis só se concretizou em 1997, ou seja, até então, Minas ainda tinha no mercado papéis emitidos pelo Tesouro Estadual. Só essa troca já seria altamente benéfica para o Estado. Se tivéssemos interrompido por aí o processo de renegociação da dívida mobiliária, já teria sido um ganho, pois o sobrelucro ganho em virtude da fraqueza e do desespero dos Estados brasileiros foi eliminado. Entretanto, o processo de renegociação, com o controle do processo inflacionário, continuou durante os anos de 1996, 1997 e 1998, sendo que essa dívida foi refinanciada, passando o seu prazo de 24 para 30 anos. O custo da dívida, quando em papel estadual, era de juros de mercado acrescidos do sobrelucro, e, quando em papel federal, era de juros de mercado, atualmente, 45%. Assim, o custo da dívida passou a ter um custo de 7,5% ao ano, independentemente de qualquer oscilação do mercado, pois os juros são fixos nos 30 anos de vigência do contrato. Por isso, não consigo entender, sob nenhum aspecto, como essa renegociação possa ter sido maléfica para o Estado de Minas Gerais. Isso foge à minha compreensão. Admito, com toda a clareza e a humildade, que ela possa ter sido insuficiente para o tamanho dos problemas do Estado, da mesma forma que foram insuficientes as renegociações de 1993 e de 1989. Se a renegociação de 1998 foi insuficiente, o caminho é prosseguir nela, buscando uma quarta rodada, assim como uma quinta, uma sexta, etc. Essa era a minha idéia: se, desta vez, os problemas ainda não foram todos resolvidos, vamos batalhar para criar novas oportunidades.

Esta perspectiva, ao se encarar o problema, é muito importante. Faço um apelo aos senhores para que reflitam sobre a questão do processo de renegociação da dívida. Finalmente - estou cortando vários pontos que gostaria de mencionar, por causa do tempo que me foi concedido -, passarei ao terceiro ponto. Relativamente à reestruturação do sistema financeiro, já afirmei no início, na minha avaliação, essa foi uma medida inadiável, indispensável, diante da falta de alternativas. O que chamo de falta de alternativas? As quatro instituições financeiras que o Estado de Minas Gerais tinha apresentavam problemas gravíssimos, patrimoniais e financeiros, todas com o patrimônio líquido negativo, o que, em linguagem técnica, equivale a uma empresa quebrada. Isso, por causa de diversos problemas que foram se acumulando. Tenho insistido neste ponto desde o primeiro dia em que vim a esta Casa explicar essas questões. Vou apenas mencionar rapidamente alguns pontos, aos quais depois poderemos voltar: um bilhão e meio da MinasCaixa, dívida do Governo de Minas frente à reserva monetária e à reserva bancária; saques a descoberto feitos pela MinasCaixa junto à autoridade monetária, no período final da sua existência, durante a sua agonia, em 1991. Os senhores se lembram de que a MinasCaixa foi fechada em 15/3/91. E lá ficou a conta. Entre R\$550.000.000,00 e R\$600.000.000,00, passivo previdenciário dos Bancos comerciais, do CREDIREAL e do BEMGE, que se acumularam desde a década de 60, sem nenhuma provisão, sem nenhuma medida prudencial que pudesse remediar essa situação. Duzentos e sessenta e cinco milhões de problemas no BDMG relativos ao IAA e à SIDERBRÁS, problema esse originado no início da década de 80. Foram avais não honrados pelo IAA e pela SIDERBRÁS, e o BDMG honrou os compromissos frente ao BNDES, desequilibrando-se de maneira definitiva e grave. Duzentos e cinquenta milhões relativos a obrigações do Estado oriundas da implantação da Siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora, na década de 70, mais precisamente em 1974. E por aí vai. O Estado teve que adquirir, para privatizar os Bancos, a carteira imobiliária, tanto do CREDIREAL quanto do BEMGE. Essas carteiras estão no BDMG, hoje. Elas têm um retorno. Mas isso não tinha um valor de mercado nominal compatível com o valor nominal dessas carteiras, e não podíamos proceder à sua venda. O que conseguimos foi o financiamento de 30 anos para fazer frente ao problema. Por que o Estado de Minas não tinha outra alternativa?

A alternativa existente seria o Tesouro do Estado capitalizar os Bancos, como fez no passado. Durante toda a história desses Bancos, sucessivamente, o Tesouro capitalizava quando surgiam problemas. A última capitalização foi em 1987, durante a intervenção que o CREDIREAL sofreu do Banco Central. Tenho a total convicção de que a nossa posição foi a de acabar com esse processo histórico, endêmico, de perdas. Temos a certeza de que o Tesouro de Minas não vai mais ser drenado para socorrer problemas existentes nos Bancos. O custo é elevado. Não sabemos ainda o custo final dessa operação. Foram tomados 4,3 bilhões a juros de 6%. No caso do sistema financeiro, os juros são de 6%, e os da dívida mobiliária, de 7,5%, porque demos apenas 10% de entrada. Há uma carteira grande de ativos sendo recuperada, e não sabemos exatamente o custo final dessa operação. Mas, certamente, o Tesouro não teria alternativas factíveis. Seria impensável o Tesouro de Minas, nessa situação, capitalizar um Banco, por exemplo, fazer o provimento do passivo previdenciário do CREDIREAL e do BEMGE. Precisávamos tomar esse dinheiro emprestado com alguém, e esse alguém foi a União, mediante os termos contidos no Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro Público no Brasil.

A minha palavra final é para enfatizar o acerto dessa decisão e, sobretudo, a ausência de alternativa. Não vi ninguém propor nenhuma alternativa para solucionar o problema dos bancos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência fará alguns esclarecimentos sobre o debate. Os Deputados que desejarem formular perguntas ao Sr. João Heraldo Lima deverão inscrever-se junto à mesa e, ao fazer uso do microfone, deverão ser objetivos e sucintos, estando dispensadas as formalidades das saudações pessoais. A cada Deputado será concedido o tempo de 3 minutos para a intervenção e ao Sr. João Heraldo Lima será concedido o tempo de 5 minutos para a resposta.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sr. Secretário, já aviso que este Deputado não respeitará o tempo de 3 minutos. Com todo o respeito e consideração, esse era um grande problema durante os quatro anos da legislatura anterior. Havia nos convites a ex-Secretários do Governo quase que um monólogo, porque ficavam apresentando dados estatísticos durante horas e o debate acabava não acontecendo.

Toda essa intervenção mostra claramente o grande erro da equipe econômica de Eduardo Azeredo, que olhava o processo econômico, não numa visão macro, não como uma nova organização do capital, com preponderância no capital financeiro. E, ao analisar o problema de forma factual, como vimos na intervenção, não entramos no fundamental, porque o grande algoz, hoje, da dívida pública no País, como, de resto, em outros países do mundo, é esse processo de juros altos, que está levando não só municípios e Estados, mas também países a viver uma situação de insolvência. Se não olharmos também pela ótica da nova organização das elites em nosso País, não vamos compreender o problema. Vamos ficar, como a própria intervenção demonstra, enxugando gelo.

Hoje, economistas do mundo inteiro, de diferentes vertentes ideológicas, já falam explicitamente na necessidade do capital financeiro, na necessidade de se inverter a lógica da organização ou da desorganização do capital a que estamos assistindo. É uma intervenção superficial, um mero relato, e vejo que aí está o grande erro da equipe econômica do Governo anterior, que não tocou na questão fundamental. O Governo atual não vem incidindo neste erro. Está vendo a questão de forma estrutural, como indica hoje a economia, e como economistas sérios, de diferentes vertentes ideológicas, estão vendo o problema. Tenho trinta e tantas perguntas, mas não vou ter tempo de fazê-las. Por isso, vou apenas destacar algumas. A Presidência vai ter a mesma complacência com o tempo que teve para com o expositor. Tenho certeza disso. Tivemos uma mensagem do Sr. Governador, encaminhada a esta Casa, e acredito que o senhor tenha conhecimento desta mensagem. O Item 2.2.2., em sua introdução, diz o seguinte: " Por outro lado, os juros elevados aumentaram o custo da vida pública, tornando impossível pagar encargos e, principalmente, amortizações líquidas. Com os juros praticados, o estoque da dívida pública atingiu um patamar de aproximadamente R\$20.000.000.000,00. Esse valor, mesmo com a renegociação feita, gera um grande desconforto financeiro, pois não há meios lógicos, dentro das possibilidades atuais de obtenção de receitas, de o Estado quitar tal dívida. Mesmo com a renegociação feita, se cumprida, o Estado ainda terá um acréscimo significativo no estoque da dívida até o final do ano de 1999.

A pergunta é esta. Se é impossível pagar os encargos e as amortizações, por que o contrato foi assinado? Era intenção do Governo Azeredo, se reeleito, renegociar a dívida, empurrar com a barriga, ou vender a COPASA e o restante da CEMIG como parte do pagamento? Que contradição é esta? Essa mensagem é uma confissão de culpa em relação à política econômica adotada pelo Governo anterior?

A outra questão é sobre a Lei Kandir. V. Exa., neste mesmo local, se não me engano, quando da tramitação da adaptação da Lei Kandir em nível estadual, disse que o Estado ganharia, porque haveria uma compensação e, ao mesmo tempo, um reaquecimento geral da economia, invertendo o fluxo, o déficit da balança comercial. Haveria um reaquecimento total da economia e Minas poderia perder pontualmente, mas ganharia de outra forma. Isto não aconteceu. O que houve? A previsão deu errado? Foi por causa de uma previsão como esta que abdicamos de receitas fundamentais. Hoje, o Estado se encontra nesta situação. O próprio ex-Governador, em mensagem que enviou à Casa, confessa a situação de insolvência do Estado.

A terceira questão é que não há lógica nenhuma que nos faça entender uma coisa. Foi contraído um empréstimo de 4,3 bilhões para preparar os bancos estaduais para a privatização. Não custaria menos ao erário a liquidação pura e simples? Essa medida, de alguma forma, contribuiu com a receita de apenas 0,7 bilhões para o Estado, e essa lógica não passa na cabeça de ninguém. São Paulo conseguiu condições diferenciadas com a federalização do BANESPA, com uma dívida enorme, acima de R\$40.000.000.000,00. Minas não teve o mesmo espaço de pressão diante do Governo, ou se submeteu, com muita facilidade, sem resistência nenhuma, a essa política imposta pelo FMI, ao seu gerente, no Brasil, que ocupava o papel de Presidente. Por que São Paulo conseguiu outra negociação? A equipe econômica de São Paulo teve outra visão em nível estrutural da economia que conseguiu conduzir por uma situação diferente? Essa grande dúvida é porque tivemos uma situação diferenciada?

Há muitas outras questões sobre a CEMIG, e muitas outras que dizem respeito à transparência dos dados. Não tivemos isso. Era sempre um conflito enorme. Para se aprovar um requerimento nesta Casa, era preciso muitas e muitas negociações do nosso Líder, Deputado Gilmar Machado, fazendo concessões em processos obstrutivos para garantir que alguma mensagem fosse aprovada, para que obtivéssemos uma informação. Nesse sentido, queremos deixar bem claro que a intervenção de V. Exa. mostra o grande erro da equipe econômica, que não enxerga a economia. Daí o Estado ter perdido a visão "macro". Poderíamos demitir 150 milhões de servidores. Se essa fosse a lógica, equilibraríamos a situação. Mas o problema da economia brasileira e da economia mundial é outro. E as soluções buscadas pelo Governo atual são de longo prazo e não surtirão efeito numa questão tão imediata como a que está sendo levantada. Está-se analisando apenas o perfil daquilo que se vê. Muitas coisas que não se vêem dizem muito mais a respeito do processo econômico hoje no mundo.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. João Heraldo Lima - Deputado Durval Ângelo, muito obrigado pelas perguntas. Como o senhor disse, espero que, por parte da atual administração, esteja havendo discernimento para encontrar os caminhos para resolver os problemas do nosso Estado. E quero que sejam resolvidos.

Discordo quanto à afirmação do Deputado sobre o erro da avaliação, mas essa é uma questão quase dogmática, e até mesmo ideológica. Não vou me deter nesse ponto. Passo às perguntas.

O ex-Governador Eduardo Azeredo foi candidato à reeleição. Ele foi candidato para valer, para ser eleito. Infelizmente, não ganhou. Evidentemente, não posso dizer por ele, mas, se tivesse ganhado, estaria enfrentando as mesmas dificuldades que o atual Governador. Estruturalmente, as condições não mudaram tão rapidamente assim, e o quadro é esse que está aí, com as dificuldades que são as que vivemos durante os quatro anos. Todas essas dificuldades foram vividas mês a mês, durante os quatro últimos anos. Evidentemente, faríamos esforço para cumprir rigorosamente os contratos assinados. Sem dívida, mudanças no quadro macroeconômico trazem consequências importantes, inesperadas, não previstas nos contratos. Mas, como disse aqui, não acho que o problema do Estado de Minas seja a dívida. Procurar resolver o problema das finanças públicas em Minas atacando apenas a dívida muito possivelmente não produzirá os efeitos necessários. É claro que pode haver uma amenização do problema. Se o perfil da dívida, que tem 30 anos, for alongado para 150 anos, por exemplo, evidentemente haverá um impacto benéfico imediato nas finanças. Se os juros de 7,5% e 6% nos dois grandes contratos forem reduzidos para 2% ou 3% ao ano, inegavelmente produzirão também um efeito benéfico. Mas a solução definitiva do problema requer a participação de outros itens da despesa, notadamente o item de pessoal, o maior deles. Só vejo um caminho, e isso é pura especulação.

O Governador Eduardo Azeredo perdeu a eleição. O outro pólo ganhou e tem agora a responsabilidade de conduzir a economia e as finanças do Estado. Mas posso assegurar que uma das alternativas que buscaríamos até o fim seria a negociação. O que fizemos durante quatro anos foi negociar incessantemente, foi buscar resolver os problemas com o concurso da União, pois sem a sua participação é muito difícil.

Com relação à Lei Kandir - e aí o Deputado faz uma pequena confusão -, sempre disse que o País ganharia; nunca disse que o Estado de Minas ganharia. Disse que o País ganha na medida em que elimina um imposto sobre a exportação, coisa que não existe mais na grande maioria dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, e isso, conseqüentemente, pode trazer efeitos benéficos para a economia como um todo. No restante, concordo com o Deputado. Errei a minha avaliação sobre a compensação. Não foi propriamente errar. Eu e outros 26 Secretários da Fazenda não conseguimos determinar o período-base para se comparar a evolução da receita. Foi estabelecido no anexo da lei um período que serviria de base, e a partir desse período se compararia o que está acontecendo e se veria se houve perda ou não. O período-base, por uma dificuldade enorme da negociação, não foi benéfico para a maioria dos Estados e o foi para a União. Diria que foi talvez uma fatalidade, porque, se tomássemos um outro período-base, poderia ter sido um pouco melhor para um conjunto de Estados e pior para a União. Mas um período-base que, por exemplo, pudesse ser bom para Minas Gerais não interessava ao Paraná, porque a produção naquele Estado atende a outros quesitos, há uma exportação agrícola muito forte, etc. Foi muito difícil, naquela discussão, o estabelecimento desse período-base. E aí erramos, infelizmente. Mas foi uma fatalidade porque esse período-base escolhido e que ficou na lei poderia ter sido benéfico para os Estados e contra a União, porque foi aleatório. A estatística tem desses problemas, e ninguém sabia naquele momento se aquele período-base estava adequado para refletir uma média do País, com as profundas diferenças entre os Estados brasileiros, em que uns são agrícolas, outros são industrializados, outros não têm base econômica praticamente nenhuma. Quer dizer, foi muito difícil estabelecer esse período-base, o que resultou numa lei prejudicial aos Estados.

O senhor acha que tenho algum problema em dizer isso? Nenhum. Ninguém é infalível, e aquela era uma questão extremamente complexa para ser resolvida. O consolo que tenho é que não tomei essa decisão sozinho. O Governo de Minas a tomou junto com outros Estados. Todos os Estados, sem exceção, estavam presentes à reunião em que se fechou o anexo dessa lei. Essa questão precisa ser revista, e, felizmente, o Governo Federal já está reconhecendo isso. No ano passado, por exemplo, algumas mudanças no anexo permitiram uma

recomposição de receita um pouco maior. Minas Gerais está recebendo, por ano, algo em torno de R\$250.000.000,00 de restituição. Não vi os números, mas estimo que Minas deve receber no segundo semestre, como antecipação, algo em torno de R\$80.000.000,00 a R\$100.000.000,00 em razão dessa medida provisória que o Governo vai editar nessa semana.

O Governo Federal, paulatinamente, está reconhecendo isso. É preciso fazer um ajuste, sim. Eu concordo com o Deputado, mas é preciso entender como é que as medidas são tomadas e as circunstâncias que cercam esse momento.

Quanto à pergunta do Deputado sobre a liquidação das instituições financeiras e sobre se não teria sido mais barato, digo que não. Não teria, de forma alguma. Podemos assentar-nos e fazer as contas na ponta do lápis. Além disso, Deputado, nenhum Governo pode pagar para ver seus Bancos sendo liquidados. Há que pensar no depositante e no cidadão comum, sempre. Então, esses passivos que mencionei - são R\$3.000.000.000,00 em passivos -, com os Bancos liquidados ou não, já eram do Tesouro de Minas. Ninguém iria rasgá-los ou sumir com eles. O Tesouro de Minas Gerais tem que honrar esses passivos, porque são dele. Não cabe discutir se no passado eles não deveriam ter existido. E, além desses passivos, a liquidação traria problemas gravíssimos para o depositante, para a população e, sobretudo, para o funcionalismo público, que é a base principal de clientes dos Bancos comerciais.

Além disso, existe também o problema dos empregos nos Bancos. Lembro-me de que a liquidação da MinasCaixa obrigou o Estado a assumir 10 mil funcionários. Eles passaram para o quadro do Estado. São oito anos, aproximadamente, não é? A MinasCaixa foi liquidada em 1991, e esses funcionários que vieram para o Estado oneraram a Previdência, porque não trouxeram consigo as contribuições anteriores, feitas durante toda a vida, e se aposentam no Estado sem ter contribuído. Eles não têm culpa de nada, porque contribuíram, mas esse dinheiro não vem para o Estado.

Nesses oito anos após a liquidação da MinasCaixa, o custo com esses funcionários é de R\$1.100.000.000,00, e ainda vai durar por muitos e muitos anos, ou seja, o custo com essa liquidação foi incalculável, fora a dívida com o Banco Central e a reserva monetária de R\$1.500.000.000,00. Não dá nem para discutir essa hipótese. Nenhum Governo responsável pensaria nessa hipótese. Tenho também a cópia do contrato de São Paulo e posso passar às suas mãos depois. São Paulo não conseguiu, em absoluto, vantagens diferenciadas. É uma coisa que precisa ser esclarecida. Precisamos colocar isso no devido lugar, e peço a todos que me apontem uma cláusula sequer naquele contrato que traga algum benefício para São Paulo que Minas - ou outros Estados em nível semelhante de desenvolvimento - não tivesse tido. A negociação do BANESPA foi rigorosamente semelhante à nossa. Ela não foi concluída ainda porque a venda das elétricas de São Paulo se atrasou, e a venda do próprio BANESPA não ocorreu ainda. Mas o contrato é rigorosamente semelhante. Não tenho aqui esse contrato, mas posso fazê-lo chegar às mãos do Deputado, a quem pediria encarecidamente que o lesse com atenção e me mostrasse ou mostrasse aos seus colegas alguma cláusula benéfica ao Estado de São Paulo, que não tenha sido concedida a Minas Gerais, ao Rio Grande do Sul ou ao Rio de Janeiro.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Com a palavra, o Deputado Miguel Martini, por 3 minutos. Logicamente, em uma reunião de trabalho, poderíamos conceder mais tempo, mas solicito aos Deputados que, se possível, fiquem dentro dos 3 minutos.

O Deputado Miguel Martini - Vou tentar ficar dentro dos 3 minutos, mas essa mesma benevolência o Deputado Durval Ângelo teve.

Sr. Secretário, a primeira questão que tem sido abordada, que acompanho e com a qual concordo, tem sido o desastre da economia de Minas Gerais, como, de resto, de todos os outros Estados. Na minha visão, e na de muita gente, esse é o resultado da inconsequente política do Governo Federal.

Essa política levou o Estado de Minas Gerais, bem como outros Estados, a essa situação de dificuldade, porque o Estado de Minas, como os outros, é atingido pela macroeconomia, e esta, dirigida pelo Governo Federal.

A informação que nos chega é que o Governo Federal sabia que Minas não tinha como cumprir as metas e Minas também sabia que não tinha condições de cumpri-las.

Gostaria que o senhor falasse sobre isso e sobre o que tem de verdade nessa afirmação.

Na minha segunda colocação, vou um pouco mais adiante. O Secretário Dupeyrat diz que a solução de Minas passa pelo crescimento. Todos nós sabemos disso. Porém, quando questionado, ele disse que Minas está revendo o contrato com a Mercedes-Benz e com a Ferrero Rocher. Que Minas aumentou o ICMS de alguns produtos, que haviam sido reduzidos, de 18% para 25%, e a questão das jóias e gemas também foi revista.

Perguntei-lhe se isso não era uma situação mais perigosa, e ele disse-me que não, que era exatamente o contrário, que irá restaurar a situação de Minas. Gostaria que o senhor, que foi Secretário e conhece bem essa realidade, comentasse isso. Se, realmente, a economia de Minas não corre risco, porque, na minha visão, nós precisamos de empregos e investimentos, e, na verdade, isso acaba é assustando mais e favorece, estimula a elisão fiscal.

Essas são as duas questões que eu gostaria que fossem respondidas. E se não houve, na verdade, uma traição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente com relação à Lei Kandir, porque quando ele percebeu que aquilo era nocivo não teve como reverter. Acho que ele deveria agradecer demais ao Governador Eduardo Azeredo, pela colaboração que lhe deu, e ele não soube retribuir, generosamente, ao companheiro de partido.

O Sr. João Heraldo Lima - Com relação ao cumprimento das metas, é o que eu já disse ao Deputado Durval Ângelo. Sempre imaginei que estivéssemos assinando alguma coisa que, se o Governo Azeredo tivesse continuidade, iríamos procurar, de todas as maneiras, cumprir.

As tentativas anteriores ou as que conseguimos de positivo no sentido de lidar com o problema da evolução de custo de pessoal. O Governo anterior teve duas iniciativas, que vale a pena registrar, que tiveram um impacto muito pequeno, mas positivo - o PDV, que trouxe uma economia de R\$3.000.000,00 a R\$4.000.000,00 por mês na folha, e o desconto de 3,5% sobre todos os servidores ativos e inativos dos três Poderes, que trouxe uma receita ou uma diminuição de despesa da ordem de R\$150.000.000,00 por ano.

Essas medidas foram as que conseguimos viabilizar, conseguimos aprovar nesta Casa e conseguimos implementar. Imagino que, se tivesse o Governador Eduardo Azeredo sido reeleito, ele continuaria (estou usando o condicional) a buscar caminhos que pudessem contribuir para a diminuição do desequilíbrio entre receita e despesa.

Em outras palavras, medidas que procurassem reduzir o déficit em todas as áreas, inclusive de pessoal. Quando se diz qualquer coisa relacionada a gasto com pessoal, é muito comum as pessoas pensarem logo em demissão. Não concordo com essa avaliação, acho-a simplista. No caso de Minas Gerais, acho extremamente difícil demitir, dada a inflexibilidade que temos. De todo o gasto com pessoal, 1/3 é com os inativos. A educação consome outro terço. As polícias civil e militar consomem aproximadamente 15%. Os outros Poderes, o Legislativo e o Judiciário, consomem de 10% a 12% do gasto de pessoal. É muito difícil mexer no quantitativo físico, mas existem, acredito, outras possibilidades e outras alternativas para se procurar e trazer a contribuição desse componente da despesa para a solução do problema. De modo que a minha resposta é afirmativa. Isso foi assinado para valer. Sempre achamos que era o caminho viável, o caminho existente, e tínhamos a consciência de que deveríamos procurar construir as condições para tornar viável a efetivação do contrato.

A segunda pergunta do Deputado menciona um problema sensível da economia brasileira, da sociedade brasileira, um problema gravíssimo, que é o da carga tributária. Sempre achamos que a carga tributária na economia brasileira é excessiva. Não vi precisamente essa resposta do Secretário Dupeyrat, ele pode ter uma opinião diferente, achar que a carga fiscal existente no Brasil é baixa e que, portanto, há espaço para se ampliar essa carga.

Com relação à questão dos incentivos, a nossa posição também foi clara. Primeiro, que todos os incentivos foram dados com absoluta cobertura legal. Todos, sem exceção. Essa discussão ainda não terminou no Brasil. Acreditamos firmemente que o incentivo fiscal é benéfico a longo prazo para o Estado. Costumava dizer, quando estávamos discutindo com a Mercedes-Benz, que todos nos lembramos de que Minas Gerais era uma antes da FIAT e outra depois da FIAT. Quem, em sã consciência, poderia dizer, na década de 70, quando a FIAT estava vindo para cá, que seria um erro conceder-lhe aqueles incentivos que estavam sendo concedidos? Em longo prazo, admito que possa haver uma discussão acadêmica, uma discussão de posições, mas ninguém demonstrou que em longo prazo a concessão de incentivos é maléfica. Acredito que seja benéfica. Tenho sólidas razões, tenho argumentos para acreditar que a concessão é benéfica para o Estado e para a região. Essa política que adotamos é rigorosamente responsável, os contratos são transparentes, a fruição dos benefícios vem após o empreendimento entrar em operação, ou seja, significa que já gerou empregos, já gerou renda, já gerou impostos. Então ela é benéfica.

Tenho receio de que a revisão desses contratos possa ser traumática para o ambiente empresarial em Minas Gerais. Esse é um problema sério. Minas Gerais opera esses fundos de incentivo há muitos anos, com uma credibilidade muito grande. Nunca houve problema com a administração desses contratos. Criou-se a imagem de que Minas é um Estado sério, cumpridor dessas obrigações, desses contratos. Eles têm respaldo nas nossas leis estaduais. De modo que a revisão pode ser acordada entre as partes. Tudo bem. Sobre isso não posso dizer nada, porque não sei como essas negociações transcorrerão, mas a revisão unilateral de qualquer contrato é sempre traumática, sempre deixa sequelas. Do ponto de vista do posicionamento recente de Minas Gerais frente ao capital produtivo internacional, temos que é bom. Apesar de todos os problemas, que todos sabem e conhecem, os empresários, a dificuldade financeira do Estado, etc., a reputação de Minas é muito sólida. De modo que esse comentário que tenho a fazer, quer dizer, essa revisão, se ocorrer, dependerá das suas bases. É difícil antecipar qualquer coisa. Agora, do ponto de vista doutrinário, do ponto de vista econômico, alinhó-me, com certeza, com aqueles - já tive opinião diferente no passado - que acham que a concessão desses benefícios dentro de critérios, dentro de leis, tal como temos em Minas Gerais, é benéfica para o Estado. O Estado ganha em longo prazo, a população ganha e todos ganham.

Quanto ao terceiro comentário do Deputado, sobre uma possível traição do Presidente Fernando Henrique, vou-me abster de qualquer resposta, não me sinto à vontade.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Secretário João Heraldo, administrar na fartura, tenho a impressão de que é muito fácil, ficar no Palácio determinando obras, distribuindo recursos. Administrar sem recursos financeiros, na carência, na dificuldade, acredito que exige muita competência. Acredito, Sr. Secretário, que Minas é governável. Não fora governável, e sim a bomba prestes a explodir que o atual Governo recebeu, como o senhor mesmo já expôs aqui nesta noite, Eduardo Azeredo não teria lutado tão enfaticamente para continuar Governador. A atual Procurador-Geral do Estado, Dra. Misabel Derzi, expôs aqui nesta Assembléia, nessa fase de exposições que o atual Governo vem fazendo, que o Governo Eduardo Azeredo não se pautou pelo endividamento do Estado. O senhor leu, aqui, afirmativa feita em 1996, no início do Governo Eduardo Azeredo, expondo as grandes dificuldades financeiras que o Estado atravessava. Nós, que fomos Deputados na legislatura passada, e acredito que todos os mineiros que acompanham a vida do seu Estado e lêem jornal, sabemos que os quatro anos passados foram de extrema carência financeira e de luta contínua, de luta mês a mês para termos os recursos necessários para cumprir as exigências mínimas de obrigação do Estado.

Mesmo assim, Sr. Secretário, Eduardo Azeredo deixou obras plantadas em praticamente todos os municípios de Minas. Obras diretas do Estado ou repasse através de convênios às Prefeituras. Somente pelo DER, se não me engano, nesses quatro anos, foram realizadas obras no valor de mais de R\$1.500.000.000,00.

Gostaria que o senhor, que participou desse Governo e cuidou das finanças, nos dissesse qual o milagre, qual a receita para fazer um governo com tantas obras e realizações, sem nunca ter atrasado em um mês o pagamento da folha de pessoal do Estado e ainda ter dado 10% de aumento geral e mais 45% de abono no final do seu Governo a todos os funcionários do Estado, além de dar aumentos setoriais para a Educação e para a Polícia Militar. Qual o milagre, Secretário? V. Exa., que participou do Governo passado, talvez possa trazer seu depoimento de como administrar sem recursos, para dar uma luz ao atual Governo.

O Sr. João Heraldo Lima - Esse documento, que distribuí em novembro de 1996, vou deixar aqui com a Presidência, com mais algumas cópias. Nesse documento há uma tabela, a nº 8, na página 10, que mostra o destino de receitas de privatização ou de alienação de ativos do Estado. Uma grande parte das receitas obtidas foi destinada, de acordo com as leis estaduais, para o investimento. Essa é uma parte da explicação.

A outra parte advém de uma atitude do Governo: negociação com o Governo Federal. Por exemplo: conseguimos trazer para o Tesouro do Estado toda a carteira imobiliária da MinasCaixa. Isso representou mais de R\$500.000.000,00 de recursos que ingressaram no Tesouro Estadual. E foi fruto da negociação da reestruturação do sistema financeiro. Eu não vejo mais aqui o Deputado Durval Ângelo, mas seria bom registrar esse ponto, que tem a ver com a pergunta que fez: essa vantagem, até agora, só Minas obteve. Foi o único Estado. Há outros Estados que agora estão procurando negociação semelhante com as carteiras imobiliárias das suas extintas caixas econômicas, mas Minas foi o primeiro. Até no sentido oposto da observação que o Deputado fez, nesse caso Minas teria sido privilegiada. Esse é um outro exemplo de busca de recursos extraordinários, de recursos além da capacidade de geração de receita ordinária do Tesouro Estadual.

De modo que não se trata de achar que Minas teve uma posição de subserviência. Não concordo com essa avaliação, evidentemente. Tivemos uma posição pragmática, buscando defender os interesses de Minas Gerais, buscando obter vantagens. Em vários momentos obtivemos vantagens em negociação com o Governo Federal. Em outros, não tivemos sucesso, como no exemplo que foi dado aqui, da Lei Kandir.

No cômputo geral, conseguimos viabilizar algumas negociações, que possibilitaram a entrada de recursos extraordinários, permitindo que o Estado, apesar de toda a dificuldade, realizasse um conjunto de obras expressivas.

O Sr. Presidente (José Braga) - Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Valeu a pena ficar aqui até este momento, porque, além de ter ouvido a exposição e o debate, houve essa peça extraordinária de retórica do Deputado Sebastião Navarro Vieira. É fantástico, na altura dos acontecimentos e diante da situação gravíssima em que se encontra o Estado de Minas Gerais, em que um governo fez a transferência para o seguinte de um déficit de receita corrente da ordem de mais de US\$3.000.000.000,00, com antecipação de receitas e com a situação caótica em que se encontra o Estado, o Deputado ainda vir fazer um elogio dessa dimensão. Fico realmente admirado. Como se consegue usar da palavra com uma lógica dessa dimensão?

Para minhas considerações, recordo-me de um fato que me aconteceu em função da semelhança do meu nome com o de um amigo do Governador, que é um Deputado Federal influente. No mês de maio do ano passado, o então Presidente do BEMGE ligou-me, dizendo que, por influência ou com o conhecimento do Governador de Minas Gerais, algum favor seria prestado a um eventual amigo meu. Na realidade, tratava-se de um equívoco, porque jamais pedi para meus amigos ou para mim mesmo qualquer favor ao BEMGE. Pareceu-me que essa extraordinária dívida de mais de US\$4.000.000.000,00 para fazer o saneamento do Banco, além dos erros administrativos e gerenciais, tem um conteúdo significativo de favores, de influência política e de intervenção indevida, em favor dos amigos. Essa é, no meu parecer, uma das causas graves da inadimplência e da falência do sistema bancário brasileiro. Meu pai, recordo-me, sempre me dizia, quando eu era criança, que o grande erro dos Bancos de Estado era o fato de pertencerem aos Governadores mais do que ao Estado, ou seja, serem Bancos dos Governadores e não dos Estados. Por isso mesmo, permitia-se aos Governadores trabalhar com grande independência com relação ao destino desses Bancos.

Gostaria de expor uma questão fundamental, neste caso. Há mais um dado que devo salientar. O ex-Secretário disse que se, eventualmente, o Governador fosse reeleito, ele estaria aqui negociando, negociando e negociando. Quis dizer que negociar, negociar e negociar nem sempre é a solução para os graves problemas do nosso País, porque ele negociou, negociou e negociou e incorporou todas essas mazelas, todos esses problemas e todos esses erros em uma brutal e impagável dívida do Estado. Hoje, até mesmo o Papa e pessoas importantes estão dizendo que, para o Terceiro Mundo, é impossível sustentar-se nessa brutal dívida que está sobrecarregando os nossos ombros. Por isso, entendo que não basta apenas negociar, negociar e negociar se não tomarmos o cuidado de ver o que, realmente, cabe ao povo pagar. Ela é fruto de investimentos, de empréstimos legítimos? Se nos debruçarmos sobre os problemas e sobre essa negociação para verificarmos o que há de favores e o que sustentou a impunidade - ninguém é punido neste País e neste Estado -, poderemos, realmente, pagar aquilo que foi dado ao povo e o que, verdadeiramente, o povo deve.

O Sr. João Heraldo Lima - Deputado Adelmo Carneiro Leão, concordo com o conteúdo de sua intervenção, e a prova definitiva de que o Governo de que fiz parte também concorda foi o fato de ele resolver acabar com os Bancos, exatamente devido aos problemas que o senhor mencionou. Entretanto, não se podem desconhecer os fatos. Dos R\$4.000.000.000,00, e não US\$4.000.000.000,00, como o senhor mencionou, mais de R\$3.000.000.000,00 decorreram de passivos ocultos, mas determinados, pois sabemos sua origem. O restante, ou seja, as carteiras imobiliárias e de crédito rural, que também tiveram que ser adquiridas para perfazer o total de R\$4.000.000.000,00, são muito antigas. Tanto o BEMGE quanto o CREDIREAL, nos últimos anos, já não operavam o crédito rural, mas tinham uma carteira problemática, acumulada ao longo de 20 anos, sobretudo o CREDIREAL. Mesmo nos períodos de intervenção sofridos pelo CREDIREAL, em 1987, o Banco Central procurou, de todas as maneiras, detectar a origem dos problemas, mas parece-me que a resposta para os problemas não foi encontrada. A carteira imobiliária está toda no BDMG e é constituída de milhares de pequenos contratos com os mutuários finais, ou seja, os proprietários ou candidatos a proprietários dos imóveis; é, portanto, fácil identificar a boa qualidade da procedência delas. No caso da MinasCaixa, posso assegurar-lhe que existem complicações na carteira imobiliária. Em dezembro do ano passado, quando estive aqui, pela última vez, tive a oportunidade de mencionar que o Governo de Minas, como é sabido, no contrato de reestruturação do sistema bancário, está com um haver junto à União, que é o FCVS. Esse é um crédito. Mas por que o Governo de Minas não conseguiu, até 10 de novembro, data marcada para o pagamento dos 10% da dívida imobiliária, atingir o valor necessário? Os recursos do BEMGE e do CREDIREAL, aproximadamente R\$670.000.000,00, já haviam sido pagos ao Governo Federal, e o restante necessário para completar os R\$980.000.000,00 deveria vir da carteira imobiliária. Nesse ponto, a falha, ou a impuntualidade, foi do Governo Federal, pois ele não conseguiu, a tempo, rever todos os 48 mil contratos, que são revistos um por um. Tomei

conhecimento, em algumas amostras, de determinadas dificuldades, que não sei se refletem exatamente o que o senhor mencionou. Vou dar um exemplo: a Caixa Econômica está diante de um determinado contrato de um mutuário e diz que tal contrato ela não reconhece.

O Estado de Minas está dizendo que tem um ativo a receber, e o devedor, ou seja, quem deve reconhecer o passivo, que é o Tesouro Nacional, através da Caixa Econômica Federal, diz que não o reconhece porque em 1968 - cito isso como um exemplo - as regras da carteira do extinto Sistema Financeiro de Habitação, para financiamento de imóveis até determinada faixa de preço, tinha determinadas regras. E a Caixa Econômica, quando fez essa operação, não respeitou essa regra. Por exemplo, para imóvel de determinado valor, o financiamento não podia ser superior a 12 anos, e a Caixa aqui concedeu um financiamento de 15 anos. Esse contrato está sendo glosado e, conseqüentemente, o Estado de Minas terá dificuldade em realizar esse ativo pelo seu valor integral. Esse tipo de dificuldade está ocorrendo. Trata-se de questões dessa natureza. Não houve, até onde sei, enquanto acompanhei o processo, até dezembro, nenhuma outra irregularidade de maior monta com relação a essa carteira. Os problemas são semelhantes a esse: um determinado descumprimento de normas, ou seja, o gerente fazia um financiamento que não estava exatamente em conformidade com as determinações legais da época. Relativamente a outros casos, não posso responder. Sempre procuramos, no Governo, pautar a administração dos Bancos pelo profissionalismo técnico.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Secretário João Heraldo, gostaríamos de agradecer sua presença, numa atitude cidadã, porque sabemos que V. Exa. não tem mais responsabilidade junto ao Governo. Queremos parabenizar também o Deputado Sebastião Costa, pela clareza de ter sugerido a vinda dos antigos ocupantes dos postos, porque isso dá vida ao debate, ao contraditório, valorizando esta Casa Legislativa, dando-lhe melhores condições na tomada de posições futuras.

Quereria fazer apenas duas perguntas. A primeira delas já a fiz ao Secretário da Fazenda e à Procuradora. Trata-se do seguinte: qual era o "ranking" de Minas Gerais com relação a problema com finanças públicas comparativamente aos outros Estados da Federação? A idéia que hoje impera, através da divulgação da mídia, é a de que Minas Gerais tinha a pior condição, tendo o Governo Eduardo Azeredo deixado uma terra arrasada, pior do que qualquer outro Estado, Paraíba ou Alagoas, que se encontrava em atraso de pagamento. O que hoje se encontra na cabeça do cidadão brasileiro é que Minas Gerais tem a pior situação. Caso V. Exa. disponha dos dados, gostaria que os trouxesse para nós.

Em segundo lugar, aqui foi declarado, pelos partidos que hoje compõem o Governo Itamar Franco, que o Governador Eduardo Azeredo desviou os recursos do PROIM. Gostaria que o senhor falasse sobre esses recursos, para que a população mineira tenha uma informação verdadeira, não apenas ficando na retórica das palavras que são, na verdade, bastante perigosas. Muito obrigado.

O Sr. João Heraldo Lima - Em absoluto, não concordo que a situação de Minas, do ponto de vista do ranking nacional, seja a pior. Existem Estados em pior situação, com atraso de seis meses de pagamento. Acredito que Minas não terá essa situação.

Como já disse, uma parte da folha é paga com a receita do mês seguinte, mas o atraso no pagamento de pessoal é relativamente pequeno. Começa-se a pagar, logo no início do mês, o pessoal que ganha menos. Então, o atraso médio é relativamente pequeno. É verdade que, no último ano, não conseguimos pagar o 13º salário, mas deixei bem claro que, nos três anos anteriores, ele sempre foi pago com expedientes extraordinários. O Estado não tinha receita corrente suficiente para pagar as 13 folhas. Não cabe aqui nominar, mas existem Estados em situação de fluxo corrente de receita e despesa, cuja situação está pior do que a de Minas Gerais. Mas a velocidade com que a piora de Minas poderá ocorrer é preocupante. Hoje, Minas não tem a situação tão dramática como a de vários outros Estados, e não sei se isso poderá vir a ocorrer. O título de pior colocação no "ranking" não é correto.

Quanto à pergunta relativa ao PROIM, não sei se entendi bem, talvez o Deputado esteja-se referindo à conta única do Estado. Ninguém desviou nada de nada. A conta única é um expediente administrativo, legal, baseado em leis existentes e é uma prerrogativa administrativa do Executivo. Numa economia de guerra, como a que estamos vivendo, entendemos que, dentro dos parâmetros legais, com a cobertura de pareceres da Procuradoria, seria melhor instituir o mecanismo da conta única para maximizar a administração diária dos recursos do Estado. Não fazia sentido o Estado estar vivendo carências agudas de recursos e não poder cumprir compromissos com recursos paralisados em determinados pontos da administração. Então, houve o decreto instituindo a conta única, que já estava previsto no mecanismo da unidade de tesouraria desde 1973. Esse decreto é de setembro de 1998. Desde então, operou-se uma reformulação grande dos mecanismos administrativos, mas tudo absolutamente transparente, devidamente contabilizado, etc. É uma medida meramente administrativa, de maximizar a utilização de recursos, mas que reflete a dificuldade financeira.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Secretário, queria retornar a uma polêmica mencionada no início, quando o senhor nos afiança que o principal problema não é o da dívida, e sim o relativo aos gastos com pessoal. Em outras palavras, a relação entre a receita e a folha é um dos principais problemas das finanças de Minas Gerais. Não discordaria de que isso é um problema, porque, se fosse apenas um problema econômico, seria simples, bastaria demitir metade dos funcionários públicos, liquidar metade das escolas, metade dos postos de saúde. Assim, teríamos uma relação ótima entre receita e folha. É como se estivéssemos administrando nossa família, perdéssemos o nosso salário, passássemos a ganhar um salário-mínimo, e, então, o nosso problema passaria a ser de receita e comida. E deveríamos cortar a comida, já que os outros não têm emprego. O que quero dizer é que, embora isso seja verdade, existem os pressupostos que fizeram com que a condição chegasse a isso, que essa relação entre receita e folha fosse tão grande.

Quereria retomar a divergência já colocada pelo Deputado Durval Ângelo. O problema é que vivemos um determinado tipo de política econômica que tem levado não só o Estado de Minas Gerais, mas todos os Estados, a medidas de sacrifício. Uma política de juros altíssimos, recessão, que impede o crescimento inclusive da receita. E, ultimamente, em Minas Gerais, tem sido inclusive negativo o crescimento. Uma descentralização de prestação de serviços para os Estados e municípios, e, em contrapartida, uma centralização de recursos na mão da União. A Lei Kandir, o FEF, tudo isso reflete uma política de centralização da União, fora as privatizações de empresas, tudo numa lógica de se cumprir acordos com o FMI, especialmente para pagamentos de juros da dívida externa. Portanto, o problema dos Estados, - e concordo, não é que Minas esteja em 1º, 2º, 3º, 4º ou 5º lugar -, e todos os Estados da Federação reclamam da renegociação semelhante que Minas Gerais fez, fruto de uma macropolítica econômica colocada nacionalmente, devido a uma crise internacional. E o Brasil obedece aos ditames do FMI. Não é apenas uma discussão teórica ou dogmática. Discordo do senhor, Secretário. É uma discussão prática, que leva a resultados, que fazem com que todos os Governos queiram renegociar a dívida de alguma forma. Todos reclamam da Lei Kandir, ou do FEF, ou pedem uma renegociação em modelos semelhantes aos que foram feitos. Então, há um problema nacional a ser tratado. O problema é que o Governo de Minas foi, sim, subserviente a uma política econômica nacional, sem jamais ter reclamado dela. O que o Governador Itamar Franco, os Governadores da Oposição fazem hoje é apontar para uma necessidade de mudança na política econômica nacional, sem a qual ficaremos, durante todo o tempo, procurando renegociar qualquer dívida que seja, porque os Estados vão estar sem condições de superar os acordos, por melhor que tenham sido feitos, numa determinada época, mas cuja conjuntura econômica fez agravar.

Quereria ressaltar essa diferença e deixar uma pergunta. Sei que não poderá ser totalmente respondida, mas temos uma comissão parlamentar de inquérito. Refere-se aos Fundos. Se os Fundos não foram desviados legalmente, foram desviados das suas funções para pagamentos de outras. E quais delas foram escolhidas? Teremos de ter conclusões sobre todo o dinheiro. Por exemplo, partir do decreto dos Fundos, já no final do Governo Azeredo, quais foram os critérios escolhidos para que determinados fornecedores recebessem e outros não. Por exemplo, os fornecedores de comida para presos dos presidios de Minas Gerais não receberam. É o que me consta. Se esses não receberam, quais foram os critérios políticos adotados para que uns recebessem e outros não? Ou foram critérios econômicos?

O Sr. João Heraldo Lima - Com relação à questão da receita/folha, Deputado, muito do que o senhor disse, na minha opinião, é correto. É uma questão de difícilíssima solução. Eu mesmo enfatizei que a pura e simples proposição ou idéia de demissão em massa não é solução. De modo que o problema tem uma solução mais complexa, mas há um espaço para se movimentar. Minas Gerais, por exemplo, concede benefícios aos servidores que talvez sejam excessivos para a atual conjuntura.

Lembro-me do caso do quinquênio de 10%, por exemplo. Minas Gerais é o único Estado brasileiro que, atualmente, paga o quinquênio de 10%. E isso cria mecanismos incontornáveis de crescimento vegetativo na despesa de pessoal. É apenas um exemplo. Se o Estado tivesse de fazer uma opção, poderia ser entre manter a estabilidade - não formalmente a estabilidade que rege a lei, mas manter o compromisso de não buscar solução por via de demissão -, aprofundar a revisão de benefícios, aprofundar um novo PDV, tomar providências dessa natureza, como rediscutir a questão do desconto para a Previdência, no sentido de ampliá-lo, tal qual a União vem fazendo. Essas soluções permitiriam melhorar a relação receita/folha sem a necessidade do recurso extremo da demissão. Há um grande espaço para se operar nessa área, até mesmo porque, como disse aqui, a rigidez da utilização da força de trabalho do Estado é muito grande. A folha é composta de 1/3 de inativos. Então, não há o que fazer com eles, uma vez que não se pode demitir inativos. Da mesma forma, acho difícil alguém pensar em demitir na área da educação, na área da segurança, e assim por diante, como mencionei anteriormente. Se, por um lado, como o senhor aponta, os reflexos da política macroeconômica são negativos, por outro lado, cada unidade da Federação - e isso vale para Estados e municípios - também tem de olhar o seu lado. Há algo a fazer. Não se pode apenas exigir que a União mude sua política econômica. Mas é necessário também que se olhe internamente, no âmbito de cada unidade federada, o que é possível fazer. Hoje, os instrumentos disponíveis no País são bem mais flexíveis. Forçosamente, temos de reconhecer que, durante os quatro anos do Governo anterior, não havia instrumentos disponíveis para o Executivo promover a busca sistemática da solução desse problema. Hoje, o campo institucional de possibilidades de atuação é maior. Há mais graus de liberdade do que havia até o ano passado. Ênfase e reafirmo minha convicção, minha avaliação de que o principal problema econômico de Minas não está na dívida, mas na relação receita/folha, que veio trazendo sucessivamente a desorganização das finanças.

Com relação aos Fundos, insisto em dizer que essa questão foi tratada do ponto de vista meramente técnico. A primeira prioridade para o pagamento sempre foi pessoal. A segunda prioridade dos pagamentos são os outros Poderes. E, em terceiro lugar, estão os fornecedores e os prestadores de serviço.

Pautamos a atuação do Governo durante quatro anos por esse critério. Esta Casa e o Poder Judiciário são testemunhas disso. No dia 30 de dezembro, ainda fizemos um grande esforço para fazer repasses substantivos à Assembléia e ao Tribunal de Justiça, com recursos advindos de determinadas antecipações de ICMS ocorridas. Para esta Casa, foram transferidos, no dia 30, se não me falha a memória, algo em torno de R\$10.000.000,00, e, para o Tribunal de Justiça, R\$14.000.000,00. Pagamos uma parte do décimo terceiro de R\$24.000.000,00, pagamos pensionistas em torno de R\$8.000.000,00. Enfim, de acordo com essa escala de prioridades, pagamos R\$70.000.000,00 no mês de dezembro com recursos provenientes das antecipações. Quero esclarecer também que o valor de R\$109.000.000,00 dessas antecipações, tal como tem sido divulgado, é o valor bruto do ICMS antecipado. Há que se retirar do valor bruto os 25% que vão para os municípios e os 15% do FUNDEF. Desse modo, o ingresso líquido de recursos no Tesouro não corresponde à totalidade da antecipação feita.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Com a palavra, o Deputado Agostinho Patrús.

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, Sr. Secretário João Heraldo, inicialmente gostaria de agradecer pessoalmente a V. Exa. a presença nesta Casa, uma vez que, não pertencendo mais ao Governo, mas sendo um ex-Secretário de Estado, dispõe-se a comparecer à Assembléia Legislativa para trazer esclarecimentos sobre o período de administração de V. Exa. à frente da Secretaria da Fazenda.

Gostáramos, Secretário, de fazer algumas considerações. Esse aspecto do aumento da dívida para que pudessem ser saneados os Bancos estaduais tem sido muito ressaltado. V. Exa. já explicou aqui, na sua fala inicial, mas outros Deputados insistiram na pergunta, e, em uma delas, V. Exa. dizia que havia cerca de R\$3.000.000.000,00 que seriam encaminhados para o pagamento de despesas ocultas, outras despesas. Gostaria que o senhor pudesse esclarecer melhor quais seriam essas outras despesas, quando foram feitas essas dívidas, se foi no período do Governo anterior ou nos anteriores, em que época da vida do nosso Estado essas dívidas foram efetuadas.

Outro aspecto que também tem sido levantado e que foi abordado pelo Deputado que me antecedeu ao microfone é o da alimentação de presos. É saber se há um atraso muito longo no pagamento aos fornecedores da alimentação dos presos, porque hoje essa é uma preocupação de todos nós, que defendemos os direitos humanos, que defendemos que aqueles que ali se encontram possam ter um mínimo de dignidade.

Finalmente, Secretário, gostaria que V. Exa. pudesse nos dizer também qual a outra opção que teríamos, e lamentamos não estar presente o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Que outra opção teríamos, que não a da renegociação? Qual seria a outra forma de resolvermos os problemas e procurarmos as soluções, se não dialogando? Se não seria essa a forma: que os dois Chefes de Poderes, o Chefe do Poder de Minas e o Chefe do Poder da União se sentassem e pudessem dialogar e encontrar uma solução? Minas não pode retroceder.

Os mineiros não querem esperar por muito tempo essa delonga nas negociações. Precisamos voltar à normalidade do nosso Estado, encontrar o caminho de uma vida normal e ter o Governador Itamar Franco na plenitude de sua capacidade de governar. Nós o conhecemos há muitos anos e sabemos que ele, retornando à sua condição de Governador, que hoje ocupa com muita dignidade no Palácio da Liberdade, poderá desenvolver o seu trabalho e sua obra, para que os mineiros possam assisti-lo dentro daquilo que pretende realizar em Minas e não perca o seu precioso tempo nessas alongadas discussões com o Governo Federal.

Agradeço ao Presidente a liberalidade e quero aqui, Secretário, dizer que V. Exa. foi até sucinto em sua exposição, uma vez que gastou cerca de 40 minutos, enquanto o Secretário da Fazenda atual nos brindou com uma palestra de pouco mais de 1 hora. E o ouvimos com toda atenção, como temos a certeza de que também, nesta noite, os Deputados da Situação o ouviram. Muito obrigado pela presença de V. Exa. e pela liberalidade do Presidente.

O Sr. João Heraldo Lima - Obrigado, Deputado Agostinho Patrús. Como mencionei anteriormente, grande parte do passivo dos Bancos data de períodos não muito recentes. Vou repetir alguns aqui. Eventualmente, depois, poderemos detalhar isso com mais critério. Mas a formação do passivo previdenciário desses dois Bancos, BEMGE e CREDIREAL, iniciou-se na década de 60, primeiro no CREDIREAL, depois no BEMGE. Os saques, em torno de R\$600.000.000,00, que correspondem ao valor atuarial, ou seja, aquilo que foi obtido dentro daqueles 4,3 bilhões de empréstimo junto à União, para constituir o Fundo Previdenciário. Hoje, existe um fundo, do qual se beneficiam os titulares daquele direito.

Os saques junto à reserva monetária e à reserva bancária e junto ao FGTS da MinasCaixa totalizam R\$1.500.000.000,00. A conta era até um pouco maior, chegava a R\$1.800.000.000,00, fruto de negociação do Governo passado com o Banco Central, houve um perdão de R\$300.000.000,00 de dívida da MinasCaixa frente ao Banco Central, ao Tesouro Nacional e à Caixa Econômica. Então, foram contabilizados R\$1.500.000.000,00. A data precisa dessa dívida caracterizou-se e passou a ser contabilizada, não nos livros de Minas, onde estava completamente oculta, porque essa liquidação estava inconclusa, precisamente no dia 15/3/91. Essa é a data da liquidação da MinasCaixa.

Mendes Júnior - as obrigações que o Estado contraiu para a fundação da Siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora, em 1974, são de R\$270.000.000,00. O problema de IAA e SIDERBRAS, não sei o ano exato, mas foi no início da década de 80. Esse problema se localizou no BDMG, perfazendo um total de R\$270.000.000,00, aproximadamente. Quanto à transferência das carteiras imobiliária e de crédito rural do BEMGE e do CREDIREAL, é difícil precisar as datas, mas, há muitos anos, os dois Bancos já não operavam o crédito rural. Então, a carteira existente neles era antiga também e veio se formando ao longo de décadas passadas.

É difícil precisar, tem-se que olhar contrato por contrato, mas não são carteiras recentes, porque, nos últimos anos, os dois Bancos já não operavam no segmento do crédito rural.

A carteira imobiliária, principalmente do BEMGE, tem sua formação lá atrás, porque os financiamentos são longos. O valor dessas duas carteiras é de quase R\$900.000.000,00. Elas estão no BDMG e são passíveis de recuperação, principalmente a imobiliária. A carteira de crédito rural, a qualidade do crédito, parece-me, não é boa. Isso é uma tradição no Brasil. Recuperação de crédito rural é difícil no País. Mas a de crédito imobiliário não é assim. As carteiras do BEMGE e do Crédito Real têm dado retorno. No fim de dezembro, quando deixamos o Governo, havia uma conta do BEMGE, de recuperação de crédito, no BDMG, de mais de R\$30.000.000,00. Isso ficou lá depositado. Consta no contrato da dívida, vai direto para abater dívida. Mas estava, em fins de dezembro, último saldo que verifiquei, algo em torno de pouco mais de R\$30.000.000,00. Isso é recuperação de crédito.

Com relação à alimentação dos presos, sobre a qual o Deputado pergunta, sempre foi uma preocupação. É uma questão delicada, e sempre procuramos não deixar a situação atingir limites perigosos. Havia atrasos no pagamento a esses fornecedores, mas sempre tiveram um tratamento diferenciado, em função das dificuldades específicas de cada fornecedor.

Quando nos avisavam que determinado fornecedor estava com determinada dificuldade, procurávamos viabilizar o pagamento daquele fornecedor, para que o fornecimento da alimentação não fosse interrompido. E, ao que me consta, nesses quatro anos não houve nenhuma interrupção no fornecimento de alimentação. Não houve nenhum problema grave nessa área, como a interrupção extrema do fornecimento. Havia uma constante atenção do Tesouro com isso.

A última pergunta do Deputado, sobre a outra forma de resolver o problema, já abordei essa questão em outra oportunidade, aqui, nesse debate. É da tradição federativa brasileira, é muito difícil os entes federados, abaixo da União, conseguirem resolver os seus problemas, autonomamente. A história do Brasil não registra esse tipo de ocorrência. De modo que, além da experiência histórica que temos, a tendência mundial, hoje, mesmo em países que tenham uma representação federativa diferente do nosso, é cada vez maior a necessidade de aproximação dos entes federados inferiores com a União. Acho difícil que possa haver uma solução para os graves problemas de Minas Gerais, de uma maneira totalmente autônoma.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. João Heraldo, em primeiro lugar quero agradecer a sua gentileza de estar aqui.

Sr. João Heraldo, na minha maneira de entender, o Governo passado cometeu dois grandes erros, dois grandes pecados. Um, que eu chamaria de pecado venial, do qual V. Exa. é o grande protagonista, é o pecado administrativo. Chamaria de pecado venial porque a União divide com o Estado de Minas esse pecado. Foram exatamente as medidas impostas especialmente pelo Governo Federal que nos levaram à situação em que nos encontramos. Esse é o grande pecado, pecado venial. Mas o maior pecado, aí, sim, um pecado mortal, cujo grande protagonista é o ex-Governador Eduardo Azeredo, é o pecado político. O Governador não se impôs, não fez valer a importância do Estado de Minas Gerais para evitar

uma série de conseqüências que estamos enfrentando no Estado de Minas Gerais.

O relatório da situação financeira do Estado passado pelo Governo anterior à comissão de transição do Governo Itamar Franco previa um déficit corrente, para 1998, de R\$1.030.000.000,00, o que corresponde a R\$108.000.000,00 por mês. O mesmo relatório afirma que o comprometimento da receita disponível do Tesouro Estadual com a folha já era de 94%. Além disso, já se previa que a dívida fluante seria superior a R\$3.000.000,00 em dezembro de 1998. Como o Governo Azeredo, em eventual reeleição, pagaria a prestação mensal dessa dívida em 1999, que seria de mais de R\$100.000.000,00, em função desses números? Essa mágica eu não consigo compreender. Acho que nem o Mister M desvendaria, Sr. Secretário.

Quando o contrato de renegociação da dívida foi apresentado à Assembléia Legislativa pelo Governo Azeredo, através daquela mensagem de 1997, quando o Governador reconhecia a impossibilidade prática de pagar aquela dívida, não tinha V. Exa., como Secretário da Fazenda, que apresentar também o fluxo de caixa, atestando a capacidade de pagamento do Estado? Na minha maneira de entender, isso deveria ter ocorrido. Além da venda de ações da CEMIG (R\$1.300.000.000,00), só em 1998 apuraram-se outros R\$1.200.000.000,00 em ações da COPASA, recursos da MinasCaixa, transação com títulos da Rede Ferroviária, dividendos da CEMIG antecipados. Para onde foram esses recursos? Isso eu não consigo entender, já que nem o 13º salário foi pago e já que há pagamentos em atraso em quase todos os fluxos de gastos, como fornecedores, precatórios, IPSEMG, etc.

Dos R\$169.000.000,00 gastos nos últimos três dias de governo, inclusive com mudança do decreto de encerramento, aliás, até uma mudança ocorrida através de uma portaria, eu também não consigo compreender como uma portaria seria superior a um decreto. De 21 para 31 de dezembro, efetivada por portaria. Quanto se destinou e a quem se pagou isso? Foi a empreiteiros? Foi em publicidade? Quanto foi?

O senhor, o tempo todo, tinha reconhecido a situação crítica das finanças do Estado, muitas vezes afirmando que o déficit mensal do Tesouro, àquela época, era da ordem de R\$70.000.000,00 mensais. Como o senhor esperava cumprir um acordo da dívida que previa um aumento do serviço da dívida especialmente porque se começaria a pagar uma dívida mobiliária, antes quase que integralmente rolada?

Eu ia fazer várias perguntas, mas, em função do tempo, não farei. O fato de o governo anterior ter se empenhado em acelerar a privatização do CREDIREAL, do qual V. Sa. foi Presidente, tem a ver com uma possível liquidação daquele Banco? São essas as questões que eu gostaria de deixar.

O Sr. João Heraldo Lima - Com relação aos dois erros que o senhor mencionou, Deputado, discordo. Acho que não houve, em absoluto, esses dois erros. Vou passar à questão da dívida fluante. É preciso esclarecer um pouco o conteúdo dessa dívida fluante de R\$3.478.000.000,00 que o Estado vai divulgar no seu balanço.

Esse é um registro meramente contábil. Nesses R\$3.500.000.000,00 estão: a folha de dezembro, que normalmente é paga... quer dizer, não apenas a de dezembro, a folha do mês corrente é paga no mês seguinte. Então isso entrou na dívida fluante. Já foi paga a folha de dezembro. O 13º salário está aqui também. Aqui estão mais de R\$1.000.000.000,00 nessa dívida fluante, a famosa dívida com o IPSEMG e o IPSM. Procuramos recontratar essa dívida também. Foi aprovada uma lei nesta Casa permitindo a rolagem dessa dívida por 30 anos. Então se os contratos que assinamos com o IPSEMG, baseados em lei aprovada aqui, valem, se esse refinanciamento vai valer, se o Estado pagar o IPSEMG e o IPSM em 30 anos, então não é dívida fluante, é dívida fundada. Ela tem que sair do fluante e ir para o exigível de longo prazo do balanço do Estado. Deixamos esses contratos assinados com a previsão de pagamento em 30 anos. Esse benefício atinge também os municípios. A lei aprovada nesta Casa, no ano passado, estendeu esse benefício não apenas ao Estado, mas também aos municípios mineiros que devem ao IPSEMG. De modo que é preciso qualificar exatamente. Quer dizer, do meu ponto de vista contábil, entendo e não estou discutindo aqui com os contadores e com os conceitos e práticas contábeis... Quer dizer, a folha de dezembro tem que ser classificada como diz o fluante. Mas do ponto de vista da dinâmica rotineira do Estado, a folha de dezembro a ser paga em janeiro não deveria, do meu ponto de vista, do ponto de vista econômico-financeiro, ser classificada como dívida fluante. Então é preciso qualificar esse número.

Com relação a recursos para investimento, esse documento que distribuí em novembro, que já mencionei, não sei se o senhor tem uma cópia, tem uma tabela que já mencionei hoje. A Tabela 8 mostra o destino desses recursos com alienação de ativos. Grande parte foi para investimento e outra parte foi para dívida. Mencionei aqui alguns pagamentos dos últimos dias. Procuramos pagar nos últimos dias uma ampla gama e diversidade de fornecedores, pessoal, outros Poderes. Os grandes pagamentos que ocorreram foram mencionados aqui, ensinaram, inclusive, a mudança do decreto. Os principais foram transferências para a Assembléia Legislativa, no valor de R\$10.000.000,00, e para o Tribunal de Justiça, no valor de R\$14.000.000,00. Além disso, pagamos ao IPSEMG, aos pensionistas, algo entre R\$8.000.000,00 e R\$10.000.000,00; pagamos DR, pagamos fornecedores diversos. Não tenho isso de cabeça. Está tudo registrado no SIAF. Está tudo devidamente registrado. Estão lá os pagamentos. Foram esses os pagamentos feitos, como eram feitos todos os meses. Quer dizer, o que foi feito está lá, registrado. Não há nenhum, digamos assim, fato excepcional, na minha maneira de ver.

Com relação à sua pergunta sobre o CREDIREAL, não entendi o seu propósito. O CREDIREAL sofreu duas intervenções em período recente, na década de 80.

O momento mais crítico, na minha avaliação, que o CREDIREAL viveu foi em 1992 e 1993. Pude ver a situação do CREDIREAL do outro lado, através do Banco Central. Se tivéssemos colocado essa questão da liquidação, o momento teria sido este, na minha avaliação: fim de 1992 e começo de 1993, quando os problemas do Banco eram agudos, quando seus problemas de caixa eram muito grandes, como mencionei. Agora, a liquidação, na minha opinião, é o mais oneroso e mais caro dos meios de se resolver problema em instituições financeiras, porque a liquidação não apaga nem tem força jurídica para eliminar os passivos já existentes. Então alguém vai assumir, porque isso tem que ser pago. Pode até demorar mais na justiça, mas vai ter que ser pago. E traz todo o problema dos depositantes, porque, na liquidação, isso tem que ser resolvido também. Quanto a isso, tenho a firme convicção de que a liquidação é um caminho mais oneroso do que o que buscamos.

O Deputado Mauro Lobo - Presidente, Sr. João Heraldo, a sua explanação pôde esclarecer uma série de dúvidas levantadas e comentadas no dia-a-dia nesta Casa. Hoje mesmo, tivemos oportunidade de ouvir parcialmente a exposição do Secretário, que afirmou o seu espanto com tantos erros e tanta incapacidade do Governo Eduardo Azeredo. Fiz parte desse Governo e tenho muito orgulho disso, pelo desempenho dentro das condições existentes.

O Governo atual lançou, recentemente, um folheto, explicando sua posição. E usa uma expressão: "Minas experimenta um novo padrão de qualidade administrativa". Isso está em negrito, na página 37 desse folheto. Penso que é um julgamento auto-elogioso em 50 dias. Pelo que temos ouvido de pessoas do Governo e até de Deputados situacionistas, Itamar Franco tem todas as condições de fazer um belíssimo Governo em Minas. Se o Governo antecessor foi tão ruim como eles apregoam, é fácil fazer um governo de qualidade superior, só que estamos aguardando as medidas para sentir essa mudança, sentir que esse Governo não vai ficar a vida toda como bode expiatório: bode expiatório federal ou bode expiatório estadual. Que ele venha com uma proposta própria, porque essa é a expectativa de toda a gente mineira.

Secretário, penso que, se a Situação quisesse explorar melhor, teria oportunidade hoje. Exploraram pouco ou talvez tenham mais condições de fazer uma boa verborragia, uma boa inteligência verbal, mas essa eloqüência é muito boa para persuadir, e não para trazer a verdade à tona.

Gostaria apenas de ouvir uma colocação sua, que pode ser de forma sucinta. Hoje estamos elegendo - e está havendo consenso - a necessidade de se fazer um pacto federativo. Gostaria de ouvir, sinteticamente, sua opinião a respeito. Muito obrigado.

O Sr. João Heraldo Lima - Durante os últimos quatro anos, tentou-se aprofundar e acelerar a discussão da chamada reforma tributária, com o evidente insucesso do País, que não conseguiu mover-se na direção de um entendimento em torno do que seria uma reforma tributária adequada. No último ano, ou seja, em 1998, o Governo Federal procurou ampliar essa questão, não mais falando em reforma tributária, mas em reforma fiscal. A reforma tributária cuida da receita, de uma das fontes da receita, que é a tributária. Existem outras fontes de receita que o poder público pode explorar. Então, a reforma tributária é um subconjunto importante, porém restrito, de um conjunto maior, que seria a reforma fiscal, tratando-se não apenas da receita no sentido lato, ou seja, não apenas da receita tributária, mas de outras receitas do poder público e da despesa, das atribuições e responsabilidades, ou seja, dos direitos e deveres da esfera da Federação. Essa discussão não amadureceu. Existem propostas esparsas circulando. Há a proposta que, do ponto de vista do processo legislativo, se encontra em um estágio mais avançado, a do Mussa Demes, que traz alguns avanços no sentido do reforço da autonomia estadual e municipal, mas ela está muito longe, ainda, de responder a essas questões, do ponto de vista fiscal como um todo. Quem ficará responsável por determinada despesa, etc.? É preciso haver mudança, sobretudo no que diz respeito à questão do ICMS. Esse imposto tornou-se extremamente complexo. A distância entre o ICM original, criado em 1966, e o ICMS hoje existente é enorme, tamanha a quantidade de exceções, mudanças e remendos. Com a passagem da legislação e a questão da guerra fiscal e outros fatores, o ICMS, hoje, é bastante distante daquele originalmente concebido. Portanto, ele requer, urgentemente, uma redefinição. A dificuldade de se caminhar como se pretende, do princípio da origem, como vige no Brasil, onerando a produção, para o princípio do destino, que oneraria o consumo e que seria o que entendemos como o ideal, ou seja, aquilo que deve ser alcançado, é que Estados produtores, como Minas Gerais e São Paulo, teriam perda de receita. Essa discussão é extremamente difícil. Se a Lei Kandir, que foi localizada e pequena diante desse universo, trouxe tanta polêmica e dificuldade, uma reforma tributária mais ampla ou, mesmo, uma reforma fiscal geraria uma discussão muito grande no País. Diante da constatação dessa dificuldade e da possibilidade de haver

uma discussão muito longa, talvez fosse interessante nós nos contentarmos com menos.

Por que não fazer apenas, dada a constatação da dificuldade de se discutir uma reforma tributária mais ampla, uma redefinição completa do ICMS, mais próxima da forma como ele foi concebido originalmente? Não sou muito otimista com relação a essa versão do pacto federativo, ou seja, com relação à capacidade do País em resolver a questão em curto prazo.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de dizer ao Dr. João Heraldo que ouvimos atentamente a sua exposição didática, com humildade e tolerância para com os Deputados do PT, que expuseram suas idéias e fizeram suas perguntas de forma ideológica. Entendo, Dr. João Heraldo, que o senhor foi Secretário da Fazenda de um governo que já somava dívidas de outros governos, sendo que o Brasil tem tradição de um pacto federativo com vícios. Percebemos que, até o fim de seu governo, enquanto houve visibilidade e enquanto o Governo não entrava em exaustão com relação à sua capacidade de pagamento, o senhor tocou o barco como pôde. E, com relação ao apelo dos Deputados para se renegociar, o senhor foi buscando sempre a renegociação dentro do espírito de um ente federado, que não tem como ditar normas ou se entrincheirar, como fez agora o nosso Governo. Itamar Franco está tomando uma posição em uma trincheira com relação ao aspecto jurídico e ao político, não admitindo diálogo. Queremos expressar o nosso entendimento, pois sabemos que a folha é um problema nuclear, uma vez que consome 95% da receita. Essa é uma tradição no Brasil. Notamos que a maior empresa, com a maior oferta de empregos, é a Prefeitura, o Estado ou a União. E essa política de macroeconomia, que foi castigando o País lentamente, culminou em uma situação para a qual Fernando Henrique procura a solução através das reformas. Mas essas reformas têm-se retardado muito. Portanto, tenho certeza de que, se o senhor fosse Secretário a partir de agora, teria mais instrumentos para diminuir o comprometimento dessa folha. Tanto isso é um fato que hoje existe a Lei Camata, para limitar tais gastos. Nós, em nome do PSDB, queremos dizer-lhe que entendemos toda essa evolução e que sabemos que não há formas, a não ser traumáticas, de a sociedade resolver um problema de um país subdesenvolvido e emergente, como o Brasil. Entendemos toda a sua explicação. O nosso colega Deputado Rogério Correia expressou que haveria a necessidade de tirarmos a metade do povo da escola e de todos perderem um pouco, mas não creio nisso, pois podemos ter reformas menos traumáticas, como a administrativa, a tributária e a fiscal. Sendo assim, em nome do PSDB, gostaria de agradecer-lhe a presença e sua forma didática de explicar, que nos satisfaz plenamente.

Gostaria de fazer apenas uma pergunta. Diante dessas reformas, com o pacto federativo, que agora tem um ambiente para ser discutido, em um primeiro momento, consideramos saudável a posição do nosso Governador, dada a expressão de Minas Gerais, de alertar o Presidente. Entretanto, não concordamos com essa posição de entrincheirar-se, fechando-se para o diálogo. Assim, perguntaria se esse ente federado tem condições, diante dessa macroeconomia e da situação genérica de todos os Estados, de diminuir o comprometimento da folha através das reformas realizadas?

O Sr. João Heraldo Lima - Sim, acho que tem condições, e isso precisa ser entendido como um processo gradual, em que as medidas são negociadas por meio do Legislativo. Em curto prazo, existem medidas que podem surtir efeito e trarão para todos um benefício em médio e em longo prazos. Poderá haver alguma renúncia ou sacrifício no curto prazo, porém o ganho advindo de uma melhora da situação financeira tornará o futuro mais garantido e previsível. A União está dando mostras de que existe, de fato, esse espaço para dialogar, e uma delas é a medida de antecipação do ressarcimento da Lei Kandir, a partir do segundo semestre. Trata-se de uma medida muito eficaz, mas eu a interpreto da seguinte maneira: a União está promovendo essa antecipação para dar um pouco mais de tempo aos Estados para iniciarem o seu movimento de ajuste. A União está procurando contribuir para criar essas condições de imediato, dando mais tempo aos Estados. Mas os Estados não poderão abrir mão da necessidade do ajuste. A aprovação, por via do Congresso Nacional, das últimas reformas confirmaram a possibilidade de um processo de mudança, de um processo de acomodação, como o senhor disse, que pode vir a ser menos traumático, não havendo necessidade de radicalizar.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença do Sr. João Heraldo Lima, que, com seus esclarecimentos, enriqueceu os debates e proporcionou aos parlamentares elementos para uma avaliação abrangente da atuação do Governo anterior no processo de renegociação da dívida e da situação financeira do Estado, enquanto titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 11, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago, Dinis Pinheiro e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Dinis Pinheiro apresenta requerimento em que solicita sejam convidadas diversas autoridades ligadas aos transportes, para debater as condições de operação e o benefício do vale - transporte. Submetido à votação, é esta matéria aprovada. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Ronaldo Guimarães Gouvêa, Coordenador - Geral do Núcleo de Trânsito da Escola de Engenharia da UFMG - NUCLETRANS -, sobre a evolução da problemática do trânsito e dos transportes na Região Metropolitana. O Presidente explica o motivo pelo qual o chamou à Comissão e passa, em seguida, a palavra ao expositor. Participam dos debates todos os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Ronaldo Canabrava - Amílcar Martins.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia Da 11ª reunião ordinária, EM 17/3/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos de água e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campo Verde o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sacramento o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 41/99, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 17/3/99, destinada a receber o Sr. Murílio de Avellar Hingel.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 17/3/99, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos de água e dá outras providências; 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino; 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual; 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica; 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica; 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campo Verde o imóvel que especifica; 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspetoria de Veículos de Belo Horizonte; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal; 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica; 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica; 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências; 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências; 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistencia Social São Judas Tadeu, do Município de Uberaba, o imóvel que especifica; 14.063, que dispõe sobre a política de recursos hídricos e dá outras providências; e à Proposição de Lei Complementar nº 54, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 13.997 e 14.014

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Ermano Batista, Marcelo Gonçalves e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 13.997 e 14.014.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, João Paulo, Marcelo Gonçalves e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria em 1º turno.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.880, 13.977, 13.990 e 14.009 e o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.063

Nos termos regimentais, convoco os Deputados George Hilton, Fábio Avelar, Antônio Roberto e Elmo Braz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em

18/3/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Eduardo Daladier, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919 e sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 13.901, 13.991, 14.015 e 14.053

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Eduardo Brandão, José Alves Viana e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/99, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres dos relatores.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Paulo Petteresen, Presidente.

PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

5ª REUNIÃO DE DEBATES

Discursos Proferidos em 8/3/99

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, o motivo da minha vinda a esta tribuna é fazer uma referência ao Dia Internacional da Mulher, a qual deverá ficar gravada nos anais da Casa. Tenho a certeza de que não falo só em meu nome, mas em nome de todos os Deputados. Então, quero reverenciar e me referir à mulher mãe, à mulher companheira, à mulher esposa, à mulher amiga de cada um de nós, à mulher mineira, especialmente aquela batalhadora, incansável, que faz da luta diária de sua vida um exemplo para todos nós. Sabemos da importância da mulher na vida profissional na nossa sociedade e da busca que realizou, ao longo dos anos, para que fosse reconhecida da forma que é hoje.

Então, tenho certeza, Sr. Presidente, que a nossa homenagem é também a de todos os Deputados a essa mulher, especialmente a mulher mineira. Fica aqui esse registro, em meu nome e em nome de todos os companheiros desta Casa.

O Deputado Fábio Avelar (Em parte) - Gostaria de cumprimentar V. Exa. pela lembrança do dia de hoje. Gostaria, ainda, nesta oportunidade, de registrar a realização de uma solenidade hoje na COPASA, evento idealizado pelo SINDAGUA, por seu Presidente, que contou com a participação de toda a diretoria e com um número expressivo de mulheres.

Tivemos uma manifestação após a solenidade, quando conseguimos dar um abraço simbólico na COPASA, em homenagem às mulheres, no seu dia.

Quero parabenizar V. Exa. pela lembrança oportuna deste dia tão importante, pois registramos, a cada dia que passa, uma participação mais intensa da mulher na nossa sociedade.

O Deputado Mauro Lobo (Em aparte) - Deputado Márcio Cunha, é muito oportuna sua intervenção no Dia Internacional da Mulher. Por que Dia Internacional da Mulher? É muito importante que haja uma data para que possamos avaliar o desenvolvimento da atuação da mulher na nossa sociedade. Vemos, com bastante alegria, a presença nesta Casa de cinco companheiras, que têm demonstrado seu valor, sua percepção dos problemas sociais e econômicos, sua atuação política. O que percebemos, cada vez mais, é que a mulher se integra no dia-a-dia, seja no trabalho, seja em diversas atividades, dentro ou fora de casa. Cada um procura escolher essa companheira participativa, solidária na alegria e na dor algumas vezes.

Precisamos, neste Dia Internacional da Mulher, levar o nosso abraço, o nosso cumprimento a todas as mulheres brasileiras, a todas as mulheres mineiras que têm demonstrado, no decorrer dos anos, aquele espírito de luta, de participação, enfim, cada vez galgando postos mais importantes, demonstrando que a mulher, quando tem vontade, quando assume, conquista. Portanto, me associo, Deputado Márcio Cunha, à sua iniciativa de trazer a este Plenário a nossa homenagem a todas as mulheres, principalmente às mulheres mineiras.

O Deputado Marco Régis - Gostaria de parabenizá-lo, nobre Deputado Márcio Cunha, pela sua lembrança do Dia da Mulher, comemorado em todo o mundo no dia 8 de março. Sabemos que essa homenagem é referência ao massacre de mulheres ocorrido em uma fábrica têxtil em Nova Iorque, nos idos de 1857, portanto há 142 anos. Naquela data, as mulheres reivindicavam melhores direitos de trabalho, principalmente redução da sua jornada, o que levou a uma repressão por conta dos empregadores e das autoridades policiais, culminando com um massacre em que morreram mais de cem mulheres. Por esse motivo, o dia 8 de março é destinado a uma homenagem internacional à mulher. Vemos que, no Brasil, hoje, a mulher galga, como os homens, postos importantes de direção na política, ocupando postos de relevo nas artes e na literatura. Ficamos felizes porque, até pouco tempo, em 1930, a mulher brasileira nem direito ao voto tinha. Foi na época da ditadura militar de Getúlio Vargas que a mulher veio a ter, constitucionalmente, o direito a voto. Por isso mesmo estamos felizes de ter entre nós, aqui na Assembléia Legislativa, como lembrou o Deputado Mauro Lobo, cinco mulheres Deputadas assumindo postos de relevo e, esperamos que cada dia mais a mulher possa ocupar esse espaço também na política brasileira, porque em todos os outros setores da vida e da sociedade humana a mulher já tem ocupado um espaço ombreada com os homens, uma vez que não há por que termos preconceito de gênero, não há por que subestimarmos a capacidade da mulher de ocupar esses espaços. Por isso mesmo, até lamentamos que no jornal "Estado de Minas" de hoje, em um dos artigos que homenageiam a mulher, um determinado leitor teça loas à mulher no seu aspecto sensual e erótico. O leitor, quando decanta a mulher poeticamente, não está decantando a mulher naquilo que é mais importante, naquilo que almejamos para a igualdade de gênero. Por isso mesmo, queremos louvá-lo, nobre Deputado Márcio Cunha, pela sua referência à mulher, e parabenizá-lo por levantar tão importante assunto nesta data, Sr. Deputado.

O Deputado Dimas Rodrigues (Em aparte) - Companheiro Márcio Cunha, Sr. Presidente, assessores desta Casa, companheiros Deputados, imprensa presente, quero cumprimentar o Deputado Márcio Cunha por homenagear a mulher mineira. Queremos aqui parabenizar todas as mulheres mineiras e todas as mulheres norte mineiras. Queremos dizer que a mulher, hoje, ocupa um espaço muito grande em todas as áreas. Temos aqui diversas companheiras nesta Assembléia, com grande atuação. Temos aqui a nossa assessoria com brilhantes mulheres nos assessorando muito bem, e mulheres Prefeitas, mulheres empresárias, mulheres que atuam bem em todas as áreas.

Não poderia deixar também de me pronunciar sobre a passagem do Dia da Mulher. Afinal, as mulheres vêm honrando os parlamentos, despontam nos governos - Podemos citar o exemplo da Governadora do Estado do Maranhão, Dra. Roseana Sarney - e, especificamente na região Norte de Minas, que tenho a honra de representar. Podemos citar o nome da Prefeita de Miravânia, Idalina Viana Mota, a Vereadora Marluce, do Município de Janaúba, a Vice-Prefeita de Serranópolis de Minas, Lauri Rodrigues, todas desempenhando importante papel na vida pública.

Fato é que as mulheres levantaram vozes e despontam no mercado de trabalho com alto nível de excelência.

Parabéns às mulheres.

Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Congratulo-me com V. Exa. pelo feliz pronunciamento nesta noite, em homenagem à mulher brasileira. Também já apresentamos a esta Casa, há dias, os votos de congratulações com as nossas colegas Deputadas, que, sem dúvida alguma, representam a mulher mineira no Legislativo. Parabenizo V. Exa. e peço vênia para registrar, nesta noite, a presença do nosso digno Presidente na minha terra natal, de onde chegamos agora há pouco e onde ele recebeu a homenagem da Câmara Municipal de Ouro Fino. Minha terra completa hoje 250 anos. Lá esteve S. Exa. acompanhado também do nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão. Registro aqui a felicidade do povo ouro-finense em receber o Presidente do Legislativo mineiro, acompanhado também do nosso nobre colega, juntamente com o nosso Secretário da Segurança Pública. Lá se inaugurou a 35ª Delegacia Seccional de Polícia.

Com muita alegria, associo-me à mulher brasileira, à mulher mineira, como também registro com muita satisfação esse grande evento que a minha terra hoje comemora. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Agradeço ao nobre Deputado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, o nosso tempo é curto. Gostaria, nessas últimas palavras - sem dúvida alguma consubstanciadas às palavras dos companheiros que nos fizeram esses apartes -, de reverenciar, mais uma vez, a figura especial da mulher mineira, por aquilo com que ela tem contribuído, por aquilo que ela tem feito para o engrandecimento do nosso Estado. Permitam-me, Srs. Deputados, na figura de duas mulheres, prestar um homenagem com muita sinceridade, uma homenagem que faço em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, para reverenciar o trabalho dessas duas mulheres. Uma é filiada ao meu partido, o PMDB, e a outra, muito embora não seja filiada a partido, sem dúvida contribui muito com o Governo Itamar Franco. Refiro-me às pessoas, em primeiro lugar, da nossa Procuradora-Geral, Dra. Misabel, que nos encantou aqui com a sua presença, desfilando entre nós uma sabedoria, uma sapiência muito grande, mostrando a todos como é possível à mulher, no lugar certo, fazendo as suas intervenções, fazendo o seu trabalho, fazer do cargo público algo que nos enalteça e que engrandeça a todos nós. A Dra. Misabel, sem dúvida alguma, recebe desta Casa essa nossa homenagem.

A outra mulher é a minha esposa, Zulma, que é Presidente hoje do PMDB Mulher e que, sem dúvida alguma, junto ao meu partido, tem tentado contribuir para fazer as mulheres de Minas, as mulheres deste Estado, da nossa cidade participarem da política. Na pessoa dessas duas mulheres, termino o meu discurso dizendo que nós todos, Deputados aqui, nós, homens mineiros, reconhecemos o dia de hoje, o trabalho de todas as mulheres mineiras e das mulheres brasileiras, desde aquelas mais simples até as que ocupam altos cargos no Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/3/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.609 e 1.655, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando, a partir de 16/3/99, Cynara Batista Duque do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando Maria Therezinha Duque Batista para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando, a partir de 16/3/99, Sandra Aparecida dos Santos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 11/3/99, que nomeou Jader Cota Arnaldo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Alda Campelo Ribeiro Bortoletti para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Alceu Moyzês Mattos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Cristiane Pedrosa dos Santos Arnaldo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Elizabeth Neves de Carvalho Xavier para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Lucilene Teixeira de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Sebastião Carrara da Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 5/99 - Objeto: 2 chassis ("mainframe") para instalação de distribuidores de áudio e vídeo - Licitante vencedora: WMW Sistemas de Vídeo Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Auto Mecânica e Peças Leroy Ltda. Objeto: manutenção corretiva e preventiva de veículos. Objeto deste aditamento: rerratificação do Termo de Aditamento nº 102/98. Assinatura: 25/2/99.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 16/3/99, pág. 23, col. 3, onde se lê:

"exonerando Alberto Nunes Dável do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas", leia-se:

"tornando sem efeito o ato que nomeou Alberto Nunes Dável para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas."